

SÉRGIO HENRIQUE AZEVEDO TEIXEIRA



**CURSOS SUPERIORES DE TURISMO. CONDICIONANTES SOCIAIS  
DA SUA IMPLANTAÇÃO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA  
(1968/1976).**

ITATIBA  
2007

SÉRGIO HENRIQUE AZEVEDO TEIXEIRA



**CURSOS SUPERIORES DE TURISMO. CONDICIONANTES SOCIAIS  
DA SUA IMPLANTAÇÃO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA  
(1968/1976).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco para obtenção do título de Mestre em Educação.

**ORIENTADORA: MARIA GABRIELA S. M. CUNHA MARINHO**

ITATIBA  
2007

378.4:380.8 Teixeira, Sérgio Henrique Azevedo.  
T269c Cursos superiores de turismo: condicionantes sociais  
de sua implantação: uma abordagem histórica (1968/1976) /  
Sérgio Henrique Azevedo Teixeira. -- Itatiba, 2007.  
71 p.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação  
Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco.  
Orientação de: Maria Gabriela Silva Martins da Cunha  
Marinho.

1. Turismo. 2. Ensino superior. 3. Ensino superior de  
turismo-Brasil. I. Marinho, Maria Gabriela Silva Martins  
da Cunha. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelas Bibliotecárias do Setor de  
Processamento Técnico da Universidade São Francisco.

TEIXEIRA, Sérgio Henrique Azevedo. “Cursos superiores de Turismo. Condicionantes sociais de sua implantação: uma abordagem histórica (1968/1976)”. Dissertação defendida e aprovada no programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco em 28 de fevereiro de 2007 pela banca examinadora constituída pelos professores:

---

Profa. Dra. Maria Gabriela S. M. Cunha Marinho.  
Orientadora

---

Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Júnior.  
Examinador

---

Prof. Dr. João Luiz de Moraes Höefel  
Examinador

Dedico este trabalho ao meu pai Ilton Sérgio Lima Teixeira que sempre acreditou em mim e me incentivou a chegar até aqui.

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente a Deus, que é a razão do meu viver e Senhor de todas as coisas.

Agradeço a professora Gabriela Marinho por ter acreditado em mim desde o processo seletivo e pela sua paciência em me ajudar a chegar até aqui. Foi uma honra ser orientado por ela.

Agradeço ao meu pai, Ilton Sérgio e a minha mãe, Aderly, que desde a minha graduação sempre me motivaram a estudar e acreditar que seria possível. Eles foram as pessoas que acompanharam de perto as barreiras que enfrentamos para chegar até aqui. Amo vocês!

Agradeço também meus irmãos André Luiz e Emanuelle, pelo apoio constante, incentivo e ajuda financeira.

Agradeço ao professor Edmilson Nogueira, que me ajudou na idéia inicial do projeto.

Agradeço a empresa FotoTerra, pelas dispensas para concluir minhas pesquisas.

Agradeço também a Sheila Almeida, pela companhia.

Aos professores Moysés, João Luiz, Maria Ângela e Almerinda, por terem aceitado participar da minha banca, aos professores do Programa, que muito contribuíram para minha formação e também as funcionárias da USF Marcela, Rosi e Taís.

Não posso deixar de agradecer também a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela ajuda financeira.

Muitos outros amigos contribuíram de várias formas para a realização desse sonho, a todos, muito obrigado.

“É melhor tentar e falhar,  
que preocupar-se e ver a vida passar.  
É melhor tentar, ainda que em vão;  
que sentar-se fazendo nada até o final.  
Eu prefiro na chuva caminhar,  
que em dias tristes em casa me esconder.  
Prefiro ser feliz, embora louco;  
que em conformidade viver...”

*Martin Luther King*

## Resumo

Teixeira, S H A. 2007. *Cursos superiores de Turismo. Condicionantes sociais de sua implantação: uma abordagem histórica (1968/1976)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba.

A dissertação analisou as condicionantes sociais de implantação do curso de Turismo no Brasil, por meio de uma abordagem histórica. Identifica o fenômeno simultâneo de surgimento de um curso que, mesmo sem nenhuma tradição acadêmica, se espalhou pelo Brasil. Essa “institucionalização simultânea” é resultado de três variáveis históricas, a saber: *a)* criação, em 1966, da EMBRATUR, que incentivou o turismo, o que demandou profissionais de nível superior; *b)* a expansão do ensino superior privado, resultante da conjuntura histórica do país, como por exemplo a crise estudantil na década de 60; *c)* a valorização do lazer e do ócio na década de 60, que incentivava o melhor uso do tempo livre dos trabalhadores e o investimentos em equipamentos de lazer, o que, como no caso da EMBRATUR, requeria mão-de-obra mais qualificada.

Para essa análise, estabeleceu-se recorte temporal de 1968 a 1976.

Palavras-Chave: turismo; ensino superior; ensino superior de turismo.

## **Abstract**

Teixeira, S H A. 2007. *Superior courses of Tourism. Social condicionants of its implantation: a historical boarding (1968/1976)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba.

This dissertation analyzed the social prerogatives on the implementation of the Tourism course in Brazil, through a historical method. It identifies the simultaneous phenomenon of a course that, even without any academy tradition, it spread throughout Brazil. This “simultaneous institutionalization” is a result of three historical variables: a) the launch, in 1966, of EMBRATUR, that gave incentive to tourism, therefore demanding professionals with higher education; b) the expansion of private owned faculties, as a result of the historical conjuncture of the country, for example, the student crisis in the 1960s; c) the valuation of leisure and idleness in the 1960s, inciting the better use of the workers’ free time and investment in leisure equipment, which, in the case of EMBRATUR, required a more qualified workforce.

The time span for this analysis will be from 1968 until 1976

Key-Words: tourism; higher education; higher education in tourism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>1. EXPANSÃO E CRISE DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL NO CONTEXTO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA</b> .....	<b>18</b>
1.1. A CRISE ESTUDANTIL, OS EXCEDENTES E A EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS. ....	28
<b>2. OS PROJETOS DE CRIAÇÃO DOS CURSOS DE TURISMO</b> .....	<b>31</b>
<b>3. VERTENTES MERCADOLÓGICAS PARA CRIAÇÃO DO CURSO DE TURISMO. AÇÕES DO ESTADO</b> .....	<b>44</b>
3.1. A EMBRATUR.....	44
3.2. O LAZER E O ÓCIO NO TEMPO LIVRE.....	51
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>58</b>
FONTES PRIMÁRIAS.....	58
FONTES SECUNDÁRIAS.....	59
<b>ANEXOS</b> .....	<b>66</b>

## INTRODUÇÃO

O estudo do Turismo é setor muito complexo, que produz riquezas e gera divisas. O profissional precisa estar atualizado com a política, a economia, a legislação, a história, a cultura e os costumes nacionais e internacionais, além do cuidado com a sustentabilidade do meio ambiente onde o turismo está inserido.

Dessa forma, cada vez mais é necessária a capacitação de profissionais para fomentar o turismo de forma sustentável, ou seja, economicamente viável, com o mínimo possível de degradação do meio ambiente, o que só é possível através de pesquisas e projetos.

A idéia de estudar a formação dos cursos superiores de Turismo surgiu quando eu ainda freqüentava os bancos da minha graduação em Turismo.

Comecei a cursar a faculdade em 1999 e naquele momento o curso estava em seu segundo “boom”<sup>1</sup>. O tempo foi passando e notei que todas as vezes que alguém se referia ao curso de Turismo, o fazia com desprezo e zombaria, afinal, o que uma pessoa que se forma em Turismo vai fazer da vida? Vai só viajar? Vai ser turista?

Percebi então que diferente do que acontece nos Estados Unidos e na Europa<sup>2</sup>, o curso que eu escolhera, era um curso desvalorizado intelectualmente e eu não entendia o motivo dessa desvalorização.

Dessa forma decidi estudar a origem desse curso, que, ao mesmo tempo em que era tão popular - chegando a ser um dos mais procurados<sup>3</sup> na ECA/USP, em 1998, sendo 1.800 estudantes que concorreram a 25 vagas, na proporção de 72 candidatos por vaga - era tão menosprezado pelos cursos de maior tradição acadêmica. Isso me incentivou a entender essa contradição.

Porém, estudar os 35 anos da criação do curso necessitaria de muito tempo, o que não seria viável num curso de mestrado, por isso optei por fazer um recorte que se inicia em 1968

---

<sup>1</sup> Quando o curso foi criado, em 1971, houve o primeiro “boom”, ou seja, muita procura pelo curso, o que se comprova pelo numero de faculdades que criaram o curso. No começo dos anos 80, houve uma diminuição da procura pelo curso, e a partir de 1992, a busca pelo curso aumentou significativamente, chegando a proporção de a cada quatro dias um novo curso de turismo ser criado, ou seja, o segundo “boom”.

<sup>2</sup> Apesar do Brasil ter sido o primeiro país a formar bacharéis em Turismo, (pois na Europa só havia cursos técnicos de Turismo ou cursos superiores de outras áreas que tinha em sua grade curricular a disciplina Turismo ou de especialização) na Europa, especialmente na Espanha, o estudo do Turismo é mais remoto e mais valorizado intelectualmente, e os livros que eram estudados nos primeiros anos de curso aqui no Brasil eram traduções de autores estrangeiros.

<sup>3</sup> *Revista Isto é. O Filé do futuro*: Turismo e Artes Cênicas estão entre os cursos mais procurados, 11 de novembro de 1998. Extraído do site: <http://www.terra.com.br/istoe/comport/151921.htm> Consultado dia 02/06/06.

– momento que houve importantes mudanças no cenário da educação nacional – até 1976 – ano em que se formavam as primeiras turmas de turismólogos<sup>4</sup>. Foi nesse recorte de tempo que o curso se criou e iniciou sua trajetória para ser um campo acadêmico e espalhou-se de São Paulo para o restante do Brasil.

Ao pesquisar a formação dos cursos de turismo no Brasil, me chama a atenção que o curso iniciou-se na Faculdade de Turismo do Morumbi (atual Universidade Anhembi-Morumbi), em São Paulo, no ano de 1971. Quase que concomitantemente, a Faculdade Ibero-americana de Letras e Ciências Humanas, (atual Centro Universitário Ibero-Americano/UNIBERO), a Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – ECA/USP também criam cursos superiores de turismo.

O que mais me impressiona, e é o objeto da minha pesquisa, é o que levou a essa “*Institucionalização Simultânea*”, como conceituou Marinho (2005)<sup>5</sup>. Ou seja, analisar como se instalaram de modo simultâneo cursos que, mesmo sem nenhuma tradição acadêmica, se espalharam pelo país em menos de uma década<sup>6</sup>.

<sup>4</sup> Turismólogo é o termo usado para nomear o bacharel em turismo. Esse termo surgiu ainda na década de 70, na ocasião da formatura da primeira turma. Anteriormente o termo usado era “Planejadores de Turismo”.

“O Turismólogo é responsável pela implementação do produto turístico para que seja viável financeiramente e esteja em harmonia com o meio ambiente e a comunidade local, pois, se o produto ou atrativo turístico entra em conflito com algum desses dois elementos, sua implementação não será viável e nem bem sucedida. Portanto, cabe ao Turismólogo planejar, organizar, dirigir e controlar instituições e estabelecimentos ligados ao turismo; coordenar e orientar trabalhos de seleção e classificação de locais e áreas de interesse turístico, visando o adequado aproveitamento dos recursos naturais e culturais, de acordo com sua natureza geográfica, histórica, artística e cultural, bem como realizar estudos de viabilidade econômica ou técnica; atuar como responsável técnico em empreendimentos que tenham o turismo e o lazer como seu objetivo; diagnosticar as potencialidades e as deficiências para o desenvolvimento do turismo nos municípios, regiões e estados da federação; criar e implantar roteiros e rotas turísticas; desenvolver e comercializar novos produtos turísticos; pesquisar, atualizar e divulgar informações sobre a demanda turística; coordenar, orientar e elaborar planos e projetos de marketing turístico; identificar, desenvolver e operacionalizar formas de divulgação dos produtos turísticos existentes; formular programas e projetos que viabilizem a permanência de turistas nos centros receptivos; organizar eventos de âmbito público e privado, em diferentes escalas e tipologias; coordenar e orientar levantamentos, estudos e pesquisas relativamente a instituições, empresas e estabelecimentos privados que atendam ao setor turístico”. Retirado do site:

<http://www.fafef.edu.br/principal/destaques/destaque.asp?wcdnoticia=381> em 25/10/06

<sup>5</sup> MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. “*Ensino Superior de Moda: condicionantes sociais de sua institucionalização acadêmica em São Paulo*” pp. 13-26 e “*Fórum de debates*” pp. 157-224 in WAJNMAN, Solange e ALMEIDA, Adilson José de (orgs.) et alii. *Moda, comunicação e cultura: um olhar acadêmico*. São Paulo: Arte e Ciência/Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Moda (NIDEM)/Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP), 2ª ed., 2005, 226p.

<sup>6</sup> Até o final na década de 70 já havia o curso de turismo na Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCCAMP, na Associação Educacional do Litoral Santista – AELIS (atual Universidade Monte Serrat – UNIMONTE), em Santos, entre outras no estado de São Paulo e também em outros estados do Brasil, a exemplo da Faculdade dos Meios de Comunicação Social – FAMECOS, no RS (que hoje faz parte da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), a Faculdade de Turismo da Guanabara no RJ, a Faculdade Hélio Alonso, no RJ, a Faculdade de Turismo de Belo Horizonte em MG, a Faculdade de Ciências Exatas, Administrativa e Sociais – FACEAS, em Brasília, a Universidade Católica de Pernambuco, a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal do Paraná, entre outras.

Sendo assim, nesse trabalho pretendo analisar a trajetória do curso, bem como seu contexto histórico-social, para entender as condicionantes que levaram um curso, como já mencionei, sem tradição acadêmica e desprestigiado intelectualmente, a se espalhar e se consolidar em nível universitário.

Em meu estudo, considero três variáveis para a história do curso no Brasil.

A primeira variável encontrada foi a criação, em 1966, da Empresa Brasileira de Turismo, a EMBRATUR. No momento que a EMBRATUR foi criada, o Brasil entendia o turismo como uma forma de solucionar “todos” os seus problemas econômicos. Juntamente com a EMBRATUR, vieram também investimentos na rede hoteleira, nos meios de transportes, e em infra-estrutura básica e turística. Com tanto investimento, surge a necessidade de se formar profissionais capacitados, de nível superior, para fomentar o turismo no Brasil, logo, há a necessidade de se criar escolas superiores de turismo.

Outra variável para a história do curso foi a expansão do ensino superior privado, conseqüente de uma serie de acontecimentos, como por exemplo a crise estudantil na década de 60, com o problema dos alunos excedentes, o que “obrigou” o governo a permitir e estimular o ensino superior privado, pois o ensino universitário público não estava sendo suficiente para agregar toda a demanda de alunos, porque além da procura pelos cursos superiores que já existiam, a Lei 5.540/68 (Reforma Universitária) autorizou a criação de cursos superiores de profissões não regulamentadas (que é o caso do curso de turismo, que até a presente data ainda não tem sua profissão regulamentada<sup>7</sup>), que aumentou a necessidade de mais vagas no ensino superior. Dessa forma, investir em cursos superiores passou a ser um bom negócio.

A expansão do ensino superior privado contribuiu para que se formasse o curso de turismo.

A terceira variável, que está bastante ligado com a primeira, foi a especial valorização dada ao lazer e ao ócio no final da década de 1960.

No final da década de 1960 houve, como veremos, um aumento significativo das bibliografias em favor do lazer e do tempo livre, ou seja, do momento de ócio. Havia um incentivo para que o tempo livre fosse bem utilizado, e uma boa alternativa para se aproveitar o tempo livre é fazendo turismo.

---

<sup>7</sup> Na última tentativa de regulamentar a profissão, em 2005, o Congresso aprovou a lei de regulamentação, faltando apenas a assinatura do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que a vetou.

Há outras visões da história do curso de Turismo, como a da turismóloga Margarita Barreto, que em seu livro<sup>8</sup> analisa a criação do curso como sendo incentivada pelo governo, pois o governo militar proibia e perseguia os cursos “pensantes” que poderiam ir de encontro com os projetos políticos e incentivava os cursos que promoviam a tecnologia e o entendimento superficial da sociedade. Barreto também acredita que o governo incentivava as áreas de conhecimento como o Turismo, pois eram áreas incapazes de produzir ideologias<sup>9</sup>, poderes e controle social – desejo dos militares.

Não seguirei pelo caminho de Barreto agora; prefiro entender que havia condicionantes mercadológicas para a criação do curso, o que veremos a seguir, mas voltarei a falar sobre as intenções do governo nas considerações finais deste trabalho.

Diante do até aqui exposto, entendo que seja importante destacar que a forma como pretendo abordar a história do curso de Turismo é inédita, pois analisando o que já foi escrito sobre a criação destes até o momento, a maioria dos pesquisadores o faz apenas citando a ordem cronológica que se formaram ou fazem uma análise do currículo da época, comparando com os atuais, ou ainda sobre o que já se estudou sobre o assunto, ou seja, não há ainda um estudo que aponte as condicionantes para a criação da faculdade de Turismo, como veremos a seguir.

Em pesquisa realizada no Banco de Dados Bibliográfico da USP, no Catálogo On-Line Global – DEDALUS, em busca, no Campo de busca *Título*, na Base *Teses USP*, usando como palavra-chave *Turismo*, foram recuperadas 132 registros, entre teses e dissertações. Dessas, apenas (07) sete abordam o assunto Ensino Superior de Turismo. São elas:

*Ensino de turismo e os agentes de viagens*, da Maria Genny Caturegli que aborda o conhecimento e o domínio da geografia turística como fundamental para a elaboração de roteiros turísticos, bem como da língua inglesa, idioma este que constitui precioso instrumento para o agente de viagens;

*Pesquisa acadêmica em turismo no Brasil (1975-1992): configuração e sistematização documental*, da autora Mirian Rejowski que aborda o turismo como disciplina no pensamento internacional, tratando da sua evolução, dinâmica e importância da pesquisa científica, e

---

<sup>8</sup> BARRETO, Margarita; TAMANINI, Elisabete; PEIXER DA SILVA, Maria Ivonete. **Discutindo o ensino universitário de turismo**. Campinas : Papirus, 2004

<sup>9</sup> Na verdade o Turismo é responsável por muitas mudanças de comportamento. Há diversos casos de caçadores que deixaram de caçar animais em extinção porque entenderam que podiam ganhar mais dinheiro mostrando-os a turistas, ou seja, entendeu que ao invés de ganhar dinheiro uma vez com uma arara, por exemplo, vendendo-a para uma pessoa, ele poderia ganhar dinheiro várias vezes com a mesma arara, levando grupos de turistas para vê-la em seu habitat natural ou mesmo cidades que mudaram seus modos de vida, para melhor receber turistas, e

abordando as principais dificuldades e tendências de pesquisas para os próximos anos. Também analisa o turismo como área de conhecimento no Brasil, expondo aspectos do ensino superior de graduação, estrutura da pós-graduação (com ênfase nos programas de mestrado e doutorado), publicações, associações e eventos técnico-científicos.

*A pesquisa e a interdisciplinaridade do ensino superior*, da autora Ada de Freitas Maneti Dencker que aborda o desenvolvimento de práticas interdisciplinares com aplicabilidade em cursos de graduação, tomando por base a análise do processo de implantação do Trabalho de Análise Interdisciplinar, T.A.I., em um curso de turismo em São Paulo;

*Visão estrutural da evolução dos cursos superiores de turismo*, do autor René Correa do Nascimento, que se concentra na Educação Superior em Turismo e sua evolução histórica, porém, com objetivo de comparar o início da formação com a situação atual, para apontar falhas, deficiências e acertos.

*O ensino do Direito nos cursos bacharelados de turismo do município de São Paulo*, da Glória Maria Widmer que trata da identificação, análise e avaliação de aspectos referentes às disciplinas de Direito, ministradas nos cursos de bacharelado em Turismo no Município de São Paulo;

*Tendências metodológicas de pesquisa acadêmica em turismo*, da autora Marice Cristina Gramacho Sakata que analisa a pesquisa em Turismo, suas tendências e limitações. Inicia seu trabalho com uma pesquisa bibliografia, analisando e comparando autores para a compreensão dos diversos métodos de pesquisa existentes. Também verifica, através de pesquisa exploratória com mestres e doutores formados por Programas Stricto Sensu de Turismo no Brasil, as influências, limitações e considerações destes pesquisadores a respeito do processo de pesquisa;

*Epistemologia social do turismo*, da Marutschka Martini Moesch que aborda o domínio material e conceitual do Turismo, o objeto da ciência, através dos conhecimentos sistematizados por autores da área e por organismos oficiais de caráter mundial. Analisa também as propostas de construção epistemológicas de Fuster, McÍntoch e a Organização Mundial de Turismo, apontando a fragilidade destas teorias de indução empírica, e a atitude positivista dos autores onde ocorre uma explícita subordinação do imaginário pela observação do fato. A autora reconstrói a epistemologia interna estabelecendo uma crítica ao domínio

conceitual, aos métodos e fundamentos utilizados no ensino do Turismo como um campo disciplinar - o empirismo, o funcionalismo, e o sistemismo;

As demais 125 teses ou dissertações que trazem turismo no título se referem a pesquisas voltadas para algum outro assunto, que não o ensino de turismo.

Em pesquisa na Universidade Anhembi-Morumbi, usando como base de dados a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, usando a palavra-chave *Turismo*, consultando em *Pesquisa simples*, foram recuperadas 17 dissertações que possuem no *Título* a palavra turismo, porém, em nenhuma das dissertações o assunto estudado foi o Ensino Superior em Turismo, apenas assuntos voltados para o turismo sustentável e principalmente para o assunto Hospitalidade e turismo.

A pesquisa na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), em *Pesquisa Avançada*, no Campo *Título*, com o Filtro de busca *Tipo de Material: Dissertação/Tese*, e Base para busca: *Todas as Bibliotecas*, resultou em 32 registros, sendo que apenas 03 registros tratam de Curso de Turismo. São eles:

*Diagnóstico da atuação docente dos professores universitários em turismo/hotelaria: uma perspectiva de otimização*, da Maria Cecília Damas Gaeta, que aborda o ensino do turismo, suas características e dificuldades, através de estudos realizados com alguns professores de faculdades de Turismo do estado de São Paulo. Dissertação defendida em 2001;

*A ética e a estética como princípios norteadores da aprendizagem em um curso de turismo*, do Thiago Rodrigues Schulze, que fala do aprendizado em um curso de Turismo, destacando a importância da ética e da estética, relacionadas à hospitalidade e à sustentabilidade e como tais conhecimentos são encontrados num curso superior de Turismo. Dissertação defendida em 2006, e

*A institucionalização do turismo como curso universitário: décadas de 1960 e 1970*, do Macioniro Celeste Filho, que trata do surgimento dos cursos superiores de turismo no Brasil. Para tanto, estudou-se a criação dos currículos sobre o tema no Conselho Federal de Educação; a disputa pela competência em normatizar conteúdos educacionais entre órgãos públicos no Estado de São Paulo; e o surgimento dos cursos superiores de turismo em faculdades privadas. Destaca-se, nesta pesquisa, a criação do primeiro curso de turismo numa universidade pública brasileira no início da década de 1970, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Dissertação defendida em 2002.

Pesquisando na Biblioteca Digital da Comunidade Virtual de Aprendizagem da Rede das Instituições Católicas de Ensino Superior (CVA-RICESU), que permite a consulta dos

acervos das seguintes instituições: UNISANTOS, UCB, UNISINOS, UCDB, UNICAP, UCSal, UCPEL, CEUCLAR, UCG, USC, Unisalle, PUC-SP, PUC-Campinas, PUC-Minas, PUCPR, em *Pesquisa Avançada*, em *Todas Instituições*, em *Tipo de Material: Teses e Dissertações*, pesquisando no *Campo: Título*, com a *Palavra-chave: Turismo*, resultou em 17 materiais localizados, sendo que os que tratam do Curso de Turismo são os mesmo já recuperados em pesquisa no acervo da PUC-SP.

Como foi possível observar, Os trabalhos analisados, em geral abordam outros assuntos voltado ao turismo, e que também remete a formação dos primeiros cursos de turismo, mas a análise realizada difere da que realizo, pois, como já mencionei, na maioria dos casos, apenas citam as primeiras faculdades, o período de formação, os primeiros currículos, etc. Vale lembrar que recorrendo à fontes primárias, foram observadas várias contradições entre os dados encontrados, principalmente no que diz respeito as datas da criação dos cursos.

A autora Mirian Rejowski é uma das autoras que mais pesquisou os cursos de Turismo, porém, na maioria dos casos, apenas de forma quantitativa, e não aborda profundamente os motivos da criação do curso.

A autora Rivanda Teixeira tem alguns artigos sobre o ensino superior de turismo, porém ela costuma abordar quantitativamente a produção científica em turismo. Alguns de seus artigos, como por exemplo, *A educação superior em turismo: um estudo comparativo entre o Brasil e o Reino Unido*<sup>10</sup> trata do curso de turismo, mas comparado o surgimento no Brasil com o Reino Unido.

Marlene Matias, em seu livro *Turismo: Formação e profissionalização: 30 anos de história*, traz um relato superficial da origem do curso de turismo. Aborda a regulamentação da profissão e depois se prolonga no cadastro de Bacharéis em Turismo na EMBRATUR, ou seja, não é um estudo profundo sobre os motivos da criação dos cursos de Turismo.

Outra autora, que trata do ensino superior é Margarita Barreto, que em seu livro *Discutindo o ensino superior de turismo*<sup>11</sup> traz um trabalho muito bom, porém, ela aponta a criação do curso e da EMBRATUR como ideologia, e eu não pretendo olhar a história do curso apenas por esse viés. Além desse livro, a autora escreveu outros artigos, que também tratam do assunto, mas não de forma tão específica.

---

<sup>10</sup> **A educação superior em turismo:** um estudo comparativo entre o Brasil e o Reino Unido. *Turismo: visão e ação*, Abr/ Set 2001, v.4, n.8, p. 09 – 27

<sup>11</sup> Obra já citada.

Diante dos atuais resultados, percebemos a carência de estudos e pesquisas voltados para o ensino superior de Turismo. Neste sentido, entendo a importância deste trabalho como uma contribuição à historiografia brasileira com relação a educação superior.

Apresentado o que se tem estudado sobre turismo e a problemática que indica o caminho que pretendo seguir, procurarei nos próximos capítulos sustentar minhas argumentações. Posteriormente a esta introdução - onde procurei apresentar e justificar a escolha do tema e o enfoque seguido - o trabalho se divide em três capítulos, mais as considerações finais. O primeiro capítulo faz um breve histórico do ensino superior no Brasil na década de 60 e início da década de 70, considerando especialmente a expansão e crise do ensino superior no Brasil no contexto da Reforma Universitária, pois a história do curso de Turismo está marcado por esse momento. O segundo se preocupa com os projetos de criação dos cursos de Turismo: a estrutura dos cursos, as principais figuras, as dificuldades encontradas, e outros argumentos pertinentes à sua criação. O terceiro capítulo abordar as vertentes mercadológicas para criação do curso de Turismo, bem como as ações do Estado através principalmente da EMBRATUR para o surgimento do curso, de forma a fundamentar as teorias já apresentadas nessa introdução.

Nas considerações finais reflito sobre o curso superior de Turismo, os motivos da sua criação e as conseqüências dessa criação para a educação brasileira. Vale lembrar que a história do curso de Turismo por mim escrita não deve ser considerada uma verdade absoluta, definitivamente acabada, pois toda história está sujeita a constantes re-interpretações. Desejo que outros pesquisadores possam voltar a refletir sobre a história do curso superior de Turismo, e também de outros cursos superiores, pois dessa forma a historiografia brasileira só tem a se beneficiar.

As fontes que utilizei para compor este trabalho foram pesquisas aos arquivos históricos das primeiras instituições, aos arquivos históricos de periódicos da época, à legislação pertinentes ao ensino superior na década de 60 e 70, à pesquisa bibliográfica, além de entrevistas com figuras importantes no momento da criação do curso.

## 1. EXPANSÃO E CRISE DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL NO CONTEXTO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA.

Para melhor entendimento da educação superior, não basta apenas estudarmos os cursos existentes e sua origem. Precisamos também entender a situação política da época, pois as leis da educação foram criadas de acordo com o momento político vivido.

Não tenho, com este trabalho, a pretensão de descrever e analisar tudo o que ocorreu, em termos de política e educação, na década de 60 e início da década de 70, mas desejo relembrar alguns acontecimentos para que sirvam para melhor compreendermos o que estava por trás da criação dos cursos superiores de turismo.

De acordo com Aranha (1989:249):

O período de 1945 a 1964 é caracterizado pelo populismo e marcado pelo otimismo resultante de um desenvolvimento acelerado. Nesse período há nova mudança do modelo econômico porque o desenvolvimentismo, que até então fora marcado pelo *nacionalismo*, começa a entrar em contradição com início da *internacionalização* da economia, resultante da invasão das multinacionais, a partir do governo Kubitschek (1956 – 1961).

A década de 60, especialmente após 1968, foi uma espécie de “divisor de águas” do ensino universitário no país, pois foi nessa década que, entre outros acontecimentos, mais se pensou, como cita Fávero (2003: 561):

[...] o papel da universidade dentro da sociedade brasileira, a questão da autonomia universitária, a estrutura organizacional das instituições universitárias, a questão da cátedra como unidade básica dentro da universidade, a insuficiência de recursos destinados ao ensino superior, o problema do aumento de vagas nas instituições de ensino superior públicas e a conseqüente ampliação e expansão de seus cursos.

De acordo com Fávero (2003:568), a queixa dos estudantes era que a universidade brasileira não estava atendendo ao seu papel cultural, profissional e social, pois culturalmente não era “o repertório da cultura nacional e por não se preocupar com a pesquisa”, seus formados não atendiam à necessidade do país e a forma de entrada ao ensino superior era uma forma elitista e não havia preocupação com os problemas sociais do país.

Nesse entusiasmo de se pensar a universidade no país, em maio de 1961 ocorreu na Bahia, promovido pela União Nacional dos Estudantes (UNE), o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, que resultou na chamada *Carta da Bahia*, ou *Declaração da Bahia*, que trazia os principais temas abordados no seminário e suas conclusões. Algumas dessas conclusões são: a importância da universidade a serviço do povo, uma universidade para todos, ou seja, democratização do acesso ao ensino universitário, a suspensão do sistema de cátedras vitalícias nas universidades, autonomia administrativa e didática para a universidade, entre outras abordagens.

Em 1961, seis meses após a realização do I Seminário Nacional de Reforma Universitária, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), realiza uma reunião com todos os reitores das universidades, para debaterem sobre a Reforma Universitária. Ao fim da reunião, entre outras sugestões, os reitores propuseram a criação de uma Comissão Nacional, dirigida pelo próprio MEC e a criação de um Fórum de reitores, com representantes da UNE, com a finalidade de aprovar os planos feitos pela Comissão Nacional. (MENDONÇA, 2006:518).

Porém, a Lei nº 4.024, decretada em 20 de dezembro de 1961<sup>12</sup>, que fixou a Diretrizes e Bases da Educação Nacional, informava, entre outros assuntos, que:

Art. 9º Ao Conselho Federal de Educação, além de outras atribuições conferidas por lei, compete:

- a) decidir sobre o funcionamento dos estabelecimentos isolados de ensino superior, federais e particulares;
- b) decidir sobre o reconhecimento das universidades, mediante a aprovação dos seus estatutos e dos estabelecimentos isolados de ensino superior, depois de um prazo de funcionamento regular de, no mínimo, dois anos;
- c) pronunciar-se sobre os relatórios anuais dos institutos referidos nas alíneas anteriores;
- d) opinar sobre a incorporação de escolas ao sistema federal de ensino, após verificação da existência de recursos orçamentários;
- e) indicar disciplinas obrigatórias para os sistemas de ensino médio (artigo 35, parágrafo 1º) e estabelecer a duração e o currículo mínimo dos cursos de ensino superior, conforme o disposto no artigo 70;
- f) vetado<sup>13</sup>;

<sup>12</sup> O presidente da República, no período de 07 de setembro de 1961 a 31 de março de 1964, foi João Belchior Marques Goulart, conhecido popularmente como Jango.

<sup>13</sup> “Razão do veto – Letra f – Artigo 9º - elaborar anualmente o plano de aplicação dos recursos federais destinados à educação (artigo 93) e os quantitativos globais das bolsas de estudo e dos financiamentos para os diversos graus de ensino, a serem atribuídos a cada unidade da Federação (artigo 94, § 2º).

O projeto refere-se a elaboração de planos de aplicação de recursos orçamentários, o que importa em tarefa administrativa altamente complexa, só executável pelos órgãos específicos de cada setor de atividade do Ministério, sob a coordenação do ministro de Estado.

Essa tarefa exige trabalhos preparatórios de tal vulto que, para ser exercida com independência pelo Conselho Federal de Educação, obrigaria a uma duplicação dos órgãos técnicos do Ministério.

Ora, o § 2º do artigo 92 já incumbia o CFE de elaborar o Plano de Educação referente a cada um dos três Fundos, atribuição que permitirá àquele órgão fixar as normas e os critérios disciplinadores dos planos de

- g) promover sindicâncias, por meio de comissões especiais, em quaisquer estabelecimentos de ensino, sempre que julgar conveniente, tendo em vista o fiel cumprimento desta lei;
- h) elaborar seu regimento a ser aprovado pelo Presidente da República;
- i) conhecer dos recursos interpostos pelos candidatos ao magistério federal e decidir sobre eles;
- j) sugerir medidas para organização e funcionamento do sistema federal de ensino;
- l) promover e divulgar estudos sobre os sistemas estaduais de ensino;
- m) adotar ou propor modificações e medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino;
- n) estimular a assistência social escolar;
- o) emitir pareceres sobre assuntos e questões de natureza pedagógica e educativa que lhe sejam submetidos pelo Presidente da República ou pelo Ministro da Educação e Cultura;
- p) manter intercâmbio com os conselhos estaduais de educação;
- q) analisar anualmente as estatísticas do ensino e os dados complementares.

§ 1º Dependem de homologação do Ministro da Educação e Cultura os atos compreendidos nas letras *a, b, d, e, f, h e i*;

§ 2º A autorização e a fiscalização dos estabelecimentos estaduais isolados de ensino superior caberão aos conselhos estaduais de educação na forma da lei estadual respectiva.

Podemos observar, analisando parte da lei acima, que criou o Conselho Federal de Educação, que esse órgão é que assumiria a direção da política oficial de ensino superior, ou seja, não seria conforme propuseram os reitores, em reunião com a comissão do MEC.

Com o mesmo ideal do I Seminário, em março de 1962, realiza-se em Curitiba, PR, o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, que deu origem à *Carta do Paraná*, que veio reforçar o que foi discutido no I Seminário e trouxe um esquema tático de luta pela Reforma Universitária. Este seminário trouxe grandes controvérsias, discussões e debates sobre como deveria ser a Reforma das universidades.

Em 1963 é realizado, em Belo Horizonte, o III Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado pela UNE, que seguiu as orientações contidas na *Carta do Paraná*.

De forma resumida, a cerne da Reforma Universitária basicamente exigia, como cita Graciani (1984):

[...] a institucionalização da investigação científica, através da participação mais eficiente do docente na universidade, através do regime de tempo parcial ou integral e não hora-aula; a extinção da cátedra vitalícia, cujo poderio e privilégio eram açambarcados pelo catedrático; a participação a nível de decisão do docente e do discente no poder da universidade.

---

aplicação sem entrar em pormenores desnecessários. Cabe ainda assinalar que o veto virá assegurar aos programas de ação do Ministério a conveniente flexibilidade para que possam sofrer modificações decorrentes de problemas surgidos na execução”. (SAVIANI, 2002: 61)

Vale lembrar que até 1964 a UNE era uma entidade legalizada, inclusive os movimentos eram financiados pelo governo, o que facilitava a integração dos estudantes.

Com o intuito de promover mudanças no ensino superior, havia um intenso movimento dentro e fora das universidades para a sua Reforma e os protestos e passeatas só foram interrompidos com a promulgação da AI5 (Ato Institucional nº 5), em dezembro de 1968, “que retira todas as garantias individuais, públicas ou privadas e concede ao presidente da República plenos poderes para atuar como executivo e legislativo” e o Decreto-lei nº 477, em fevereiro de 1969, “aplicado aos professores, alunos e funcionários das escolas, proíbe-lhes toda e qualquer manifestação de caráter político” (ARANHA, 1989: 253)

A análise que quero realizar, como já informei, não pode ser feita fora da contextualização histórica, portanto, necessitamos entender o período do Regime Militar.

Em 31 de março de 1964, um conjunto de eventos ocorridos no Brasil interrompeu o governo do presidente João Goulart – Jango, e submeteu o Brasil ao Regime de Ditadura Militar, que durou até 1985. Com o golpe militar os brasileiros perderam o poder de crítica e participação política e uma sucessão de presidentes militares<sup>14</sup> fortaleceu o poder executivo e enfraqueceu o poder legislativo. Prisões políticas, inquéritos policiais militares, Lei de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informações, direitos políticos cassados, exílios, torturas, mortes, “desaparecimentos”, repressões, entre outros acontecimentos passam a fazer parte da vida dos brasileiros. Toda e qualquer oposição ao Regime se torna perigosa.

As organizações, como a UNE, passam a ser entendidas como subversivas e são proibidas. Apenas o D.A. (Diretório Acadêmico) de cada curso e o D.C.E. (Diretório Central dos Estudantes), de cada universidade, são permitidos, e as manifestações estudantis de âmbito nacional também são proibidas. Entendia-se que estudante tinha o direito de estudar, e só.

Um pouco antes do golpe militar, em 17 de agosto de 1961, foi assinada a *Carta de Punta del Este* pelos republicanos americanos em reunião extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA), aprovando a proposta do presidente John F. Kennedy, que estabelecia a criação da *Aliança para o Progresso*, que, entre outros objetivos, pretendia desenvolver uma política comum de desenvolvimento dos países da América Latina, com investimentos e programas

---

<sup>14</sup> No período da Ditadura Militar (1964 – 1985) o Brasil teve 06 presidentes militares. Foram eles: Marechal Castelo Branco (15/04/64 – 15/03/67); General Costa e Silva (15/03/67 – 31/08/69); General Augusto Rademaker, General Aurélio Lira e General Márcio Melo (31/08/69 – 30/10/69); General Emílio Médici (30/10/69 – 15/03/74), General Ernesto Geisel (15/03/74 – 15/03/79), General João Figueiredo (15/03/79 – 15/03/85)

multinacionais e aval dos Estados Unidos, sob forma de apoio financeiro e técnico. Embora a Carta dizia manter a soberania de cada nação, sua execução dependia de acordos entre um país da América Latina e os Estados Unidos. Na verdade, o que os Estados Unidos estava querendo com essa Aliança era manter um controle da América Latina, para que essa não se voltasse para o socialismo, como ocorreu com a Cuba. Uma das formas para os Estados Unidos promoverem esse controle foi através do *Agency International Aid* – AID. (ROSAS, 1992:27).

Surgem, dessa forma, os acordos MEC-USAID, que eram convênios entre o Ministério da Educação e Cultura do Brasil e Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional.

No ensino superior, o primeiro acordo MEC-USAID foi em 23 de junho de 1965. De acordo com Rosas (1992:36), esse acordo diagnosticou alguns problemas do ensino superior brasileiro, como:

[...] estruturas obsoletas, bibliotecas insatisfatórias, existência de cursos sem avaliação do mercado de trabalho, currículos pouco flexíveis, baixo rendimento dos alunos, reduzido número de vagas, tempo parcial de alunos e docentes, ausência de um planejamento global de longo alcance que norteie a futura expansão e o aperfeiçoamento interno do sistema de ensino superior no Brasil.

Com intuito de solucionar os problemas diagnosticados, formou-se uma comissão mista, denominada Equipe de Planejamento do Ensino Superior. Essa comissão era composta por membros da equipe da USAID e por cinco educadores brasileiros de alto nível, que seriam treinados nos Estados Unidos, e que colaborariam na elaboração dos planos para a reestruturação dos problemas encontrados. Essa comissão determinaria o que seria o sistema ideal de ensino superior no Brasil. Uma das sugestões feitas pela comissão foi que todas as vagas do vestibular fossem aproveitadas; pois até aquele momento o vestibular era eliminatório e só entrava quem tirasse uma determinada nota ou média, e a idéia proposta pela comissão era que o vestibular passasse a ser classificatório, todas as vagas oferecidas seriam preenchidas e os alunos considerados mais fracos seriam eliminados no decorrer do curso.

A idéia da comissão era a seguinte: entendiam a educação como um modo de crescimento econômico e de desenvolvimento social, por isso precisavam ampliar o número de alunos nas instituições de ensino universitário. Como havia poucos recursos, a comissão começou a criar projetos com soluções que diminuíssem os gastos com a educação. A

comissão considerava que o ensino privado poderia ser uma forma de expansão do ensino universitário.

A ampliação do ensino superior precisava, no entendimento daquela comissão, guiar-se por um princípio de racionalização das atividades acadêmicas procurando alcançar através do “máximo de rendimentos, com a menor inversão”. Dentro deste ponto de vista, precisou-se introduzir o sistema de créditos, a matrícula por disciplina e a criação do vestibular “unificado”. Propuseram ainda outras medidas, como a criação do ciclo básico comum para cada área, seguidas de um ciclo profissional para as carreiras curtas (técnico, laboratoriais, engenheiros-operacionais). (ROSAS, 1992).

Um acordo foi feito, dessa vez entre o MEC, a USAID e o SNEL (Sindicato Nacional dos Editores de Livros), para que cinquenta e um milhões de livros técnicos, científicos e didáticos fossem editados e distribuídos gratuitamente nos três anos seguintes de sua assinatura entre bibliotecas, escolas e instituições de pesquisa. Dessa forma, os Estados Unidos, através da USAID, além de assessorar o país podendo avaliar, planejar, reformar, administrar e legislar sobre educação em todos os graus, tinha também o controle das fontes de informações técnicas, científicas e didáticas.

Além dos técnicos da USAID, o Brasil também sofria interferência dos Estados Unidos através de Rodolph P. Acton, que foi contratado pela Diretoria do Ensino Superior do MEC para propor o modelo que deveria ser adotado no processo de reforma estrutural da universidade brasileira. Acton desenvolveu seu trabalho entre junho e setembro de 1965 e fez várias sugestões, críticas a então gestão e organização das universidades brasileiras. Entre elas, que a universidade brasileira não poderia mais ficar à margem dos acontecimentos sociais. Criticou o governo pelos salários baixos e sugeriu que fosse implantado o regime de tempo integral. Também sugeriu que deveria haver um sistema administrativo do tipo empresa privada e não de serviço público, dando autonomia a universidade, entre outras medidas. (ROSAS, 1992).

Em seu relatório, Acton informou que o Brasil precisava expandir o ensino superior, e que não deveria ser só para uma parte restrita da população e também que essa expansão não deveria ser só de discentes e docentes, mas também de espaço físico, a rede física dos estabelecimentos, porém, não havia recursos para essa expansão; logo, disse que deveria haver uma “*expansão com contenção*”, estratégia que foi enfatizada na política educacional a ser implantada pelo regime autoritário.

Os relatórios da Comissão Mista e de Acton não entravam em choque, eram muito semelhantes e seguiam linhas parecidas para a expansão do ensino universitário.

Em 18 de novembro de 1966 o governo editou, por meio do Decreto-lei nº 53, suas primeiras normas para a reorganização da Universidade, que seguiam o que os acordos MEC-USAID já vinham sinalizando.

O terceiro documento que ordenaria as idéias e marcaria como linha de força o pensamento oficial sobre a educação superior no Brasil, a partir de 1964, foi o Decreto nº 62.024, de 29 de dezembro de 1967, assinado pelo presidente Costa e Silva, que organizou uma Comissão Especial para Assuntos Estudantis, presidida pelo coronel Carlos de Meira Mattos, da Escola Superior de Guerra (ESG), para lidar com problemas estudantis. Essa Comissão foi oficializada em 11 de janeiro de 1968.

A Comissão relacionou nove pontos críticos do Sistema Educacional Brasileiro vigente em 1968 e sugestões para superá-los:

1. *Inadequabilidade estrutural do MEC* – que dizia respeito a estrutura administrativa do MEC;
2. *Crise de autoridade* – propunha que a nomeação dos reitores das universidades e dos diretores dos estabelecimentos isolados fosse feita livremente pelo Presidente da República;
3. *Insuficiência da remuneração atribuída aos professores* – propunha o aumento salarial para os professores;
4. *Conceito equivocado da liberdade de cátedra* – dizia que a liberdade de cátedra constitui o direito de ensinar fora e acima das doutrinas não aceitas pelo mestre, mas nunca a possibilidade de transformá-la num status de exceção, que dê ao professor a condição singular de impunemente violar a lei;
5. *Ausência de uma política de ampliação de vagas* – o relatório sugeriu providências para se atender a crescente demanda de formação superior;
6. *Implantação lenta e desordenada da Reforma Universitária* – dizia que apesar dos Decretos-lei 53/66 e 252/67 terem determinado a reestruturação das universidades, isso não vinha ocorrendo por falta de verbas e dizia que um dos motivos de falta de verba era que o governo “bancava” o ensino superior e Mattos critica negativamente a gratuidade do ensino em todos os graus;
7. *Inexistência de uma liderança estudantil democrática autêntica e combativa* – dizia que não havia liderança estudantil de esquerda suficiente, e o pouco que havia era oriunda de “organizações espúrias” já fechadas oficialmente como a UNE, UME, UBES, AMES, entre outras;

8. *Insatisfação dos estudantes* – dizia que havia diferenças entre reivindicações estudantis legítimas e espúrias de estudantes subversivos e agitadores e que deveria haver entidades estudantis, desde que controladas pelo governo;
9. *Fiscalização da aplicação das verbas e novas formas de financiamentos* – dizia da necessidade de um maior controle e coordenação das instituições que recebem auxílio do governo e volta a criticar a gratuidade do ensino em todos os graus.

A atuação do governo sobre a educação e a universidade foi motivada pela formação de um quadro de profissionais competentes e aliados ou “neutros”, possibilidade de trocar antigos funcionários que eram competentes, mas que se opunham a ditadura e proteção e fortalecimento do golpe, além da transferência gradativa, para a iniciativa privada, da responsabilidade com formação acadêmica da juventude. (ROSAS 1992: 61).

Para alcançar os objetivos acima, o governo, muitas vezes, precisou adotar medidas para controlar as instituições acadêmicas, bem como professores, funcionários e alunos.

Em julho de 1968, época que as pressões dos estudantes visando a expansão e a reestruturação do ensino universitário aumentava, o governo, através do Decreto-lei 62.937 instituiu um Grupo de Trabalho para promover a Reforma Universitária, que deveria contar com “a colaboração de educadores, cientistas, estudantes, especialistas em educação superior e representantes de outros setores governamentais, para a assistência técnica indispensável aos objetivos visados”. Para a conclusão desse trabalho, foi concedido ao Grupo um prazo de trinta dias e os funcionários públicos requisitados para prestar serviço aos membros do grupo de trabalho ficaram sujeitos ao regime de tempo integral, pois a incumbência era “matéria de alta prioridade e relevante interesse nacional” (DECRETO-LEI 62.937/68).

No Relatório do Grupo de Trabalho, novamente a carência de recursos financeiros para a expansão do ensino superior é mencionada, e a persistência desse assunto colaborou para, num momento posterior, chamar a participação da rede privada, até aquele momento concentrada em investimento em ensino de segundo grau.

O Grupo de Trabalho criou uma condição extremamente propícia ao processo de privatização do ensino superior.

De acordo com o Relatório Geral do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária, o sistema universitário era uma esperança para o aumento de produtividade dos sistemas econômicos, mas para isso era preciso deixar de ser uma instituição tradicionalmente acadêmica e socialmente seletiva e transformar-se num centro de investigação científica e tecnológica em condições de assegurar autonomia da expansão industrial brasileira.

O governo mantinha um discurso de que a “Educação era um investimento produtivo”. Na prática não houve um investimento muito alto na educação e na expansão do ensino universitário. Naquele momento o governo estava mais preocupado em investir em setores infra-estruturais do que em atividades situadas em esferas sociais. Nesse período houve um maciço investimento em empresas estatais.

Começou a haver uma substituição do regime de gratuidade do ensino superior pela concessão de bolsas, a ser restituídas pelos estudantes após concluir o curso. Nada mais era do que mais um meio de contenção de investimento no campo educacional para remetê-los ao campo da produção econômica. Nessa época o Brasil aumentava os investimentos na economia nacional, mas ainda tinha problemas com os excedentes.

Com a ampliação do mercado de trabalho, devido à implantação das empresas multinacionais, aumenta a demanda de escolarização que a antiga universidade não tinha condições de atender. (ARANHA, 1989: 254).

No dia 28 de novembro de 1968, o presidente da República sancionou o Decreto-lei 5.540, que “fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências”, ou seja, assina a Reforma Universitária.

A partir da Reforma, o ensino superior no Brasil toma novos rumos.

De acordo com Calderon (2000):

A reforma universitária optou no plano legal pelo fortalecimento das universidades ao decretar que o ensino superior deveria ser ministrado em universidades e *excepcionalmente* em estabelecimentos isolados. Apesar disso, esse dispositivo legal não foi respeitado e o Conselho Federal da Educação constantemente adotava medidas que possibilitavam a expansão do ensino privado por meio de estabelecimentos isolados.

O governo entendeu que o ensino privado poderia ser uma forma de “complementar” o ensino público. A expansão do ensino superior privado teria a função de desafogar o orçamento público e de garantir vagas aos excedentes. Dessa forma, as iniciativas privadas, que até então se dedicavam ao ensino primário e secundário, viam no ensino superior um mercado promissor, de grande rentabilidade econômica.

De acordo com Martins (1989:37):

O Conselho Federal de Educação manteve uma atitude propícia aos pedidos de criação dos cursos endereçados pelas instituições, provindos majoritariamente da iniciativa privada não confessional. Apenas para se ter

uma referencia da atitude daquele organismo, deve-se assinalar que, entre 1968 e 1972, foram encaminhados ao CFE 938 pedidos de novos cursos, sendo que 759 desses obtiveram respostas positivas. Grande parte dessas instituições, que receberam autorização para atuar no ensino superior, passaria a desenvolver suas atividades nas mesmas instalações físicas onde funcionavam as escolas de segundo grau que em boa medida se encontrava na gênese do aparecimento deste “novo” ensino privado.

Martins (1989) conceituou como “novo ensino superior privado no Brasil” essas novas instituições privadas de ensino que visavam o lucro e a acumulação de capital. Até o final da década de 1960 as instituições que não eram públicas, eram basicamente mantidas por universidades confessionais, na sua maioria católica, e essas não eram administradas como uma empresa capitalista, que visava o lucro, como as novas instituições privadas. Os novos empresários da educação afirmavam que não queriam aceitar ajuda do governo, porque se fossem independentes financeiramente não correriam o risco de ser uma “escola oficial”.

O governo optou por deixar que as universidades públicas continuassem elitistas, mas que se voltassem para a pesquisa, desenvolvendo inclusive a pós-graduação e deixou que o setor privado, através das escolas isoladas, atendesse a grande demanda social, num ensino de larga escala, que preparasse o aluno para o mercado de trabalho. A Lei 5.692/71, que introduziu no país a obrigatoriedade da profissionalização em todos os cursos de segundo grau, comprova esse interesse em cursos voltados para a preparação do aluno para o mercado de trabalho.

De acordo com Alberti & Heymann (2002)

[...] depois da reforma universitária de 1968 houve notável expansão quantitativa e substantivas mudanças institucionais nos anos 70, período em que proliferaram autorizações para o funcionamento de instituições particulares.

A partir desse contexto, de expansão das escolas isoladas, com o incentivo do governo, é que queremos pensar o ensino superior de turismo. Vale lembrar que o Brasil nesse período vivia o clima de um regime autoritário. Além do militarismo, no ano de 1971, o Brasil vivia um momento conhecido como “milagre econômico brasileiro” (1968 – 1973), onde o crescimento da economia brasileira apresentou uma extraordinária aceleração, com uma ampliação média de 11% ao ano. E é justamente nesse momento, de euforia econômica, que surge, em São Paulo, o primeiro curso de Turismo do Brasil, como veremos adiante.

### **1.1. A crise estudantil, os excedentes e a expansão das instituições de ensino superior privadas.**

Os anos que antecederam a criação do curso de Turismo foram tempos de grandes crises, como a crise estudantil pela falta de vagas.

Calderon (2000) afirma que:

Em 1960 eram aproximadamente 28.728 alunos excedentes; em 1968, início da Reforma Universitária, esse número saltou para 125.414 alunos; em 1971 esse número chegou a 161.176 alunos.

Graciani (1984:71), se referindo aos excedentes, diz que:

[...] o Estado não possuía uma infra-estrutura educacional para absorver tal contingente; assim sendo, o governo através de seus órgãos permitiu e incentivou o setor privado a participar da solução do problema de ampliação das vagas e aparentemente *democratiza* o ensino superior, deixando a cargo da iniciativa privada esta expansão.

Analisando as considerações dos dois autores citados, percebemos que o problema com a falta de vagas ficava cada vez mais grave, e percebendo isso o governo deixa para o ensino privado a responsabilidade da educação da massa, que estava interessada em ter uma formação superior para alcançar uma melhor qualidade de vida, o que fez o ensino superior ser entendido como um bom negócio financeiro para os “empresários da educação”.

Cunha (apud GRACIANI, 1984), sugere que a economia da época também foi responsável pelos excedentes:

A partir de 1964 intensificou-se o processo econômico de concentração de propriedade, capital, renda e mercado, devido a política econômica adotada a partir daí. Houve então, grande quantidade de falências de pequenas empresas durante a recessão a partir do primeiro semestre deste ano. Com isso, ficaram mais dificultadas as possibilidades de ascensão da classe média via poupança, investimento em reprodução de capital, através da instalação de pequenas empresas, artesanatos e exercício de profissão liberal.

Dessa forma as camadas médias da população viam na educação a possibilidade de ascensão social, uma vez que pela poupança ou investimento em pequenos negócios não era mais tão viável. Isso contribuiu para um aumento do interesse pelo ensino superior, e dessa forma aumentou o número de alunos excedentes e a necessidade de mais vagas.

A abertura, por parte do governo, para o ensino privado permitiu que as camadas médias urbanas mais desprovidas de capital econômico ou capital cultural pudessem, através do ensino superior conquistar melhores posições materiais ou simbólicas (MARTINS, 1989).

No Relatório Geral do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária<sup>15</sup>, com relação a medidas específicas para adotar a expansão do ensino superior, alínea “a”, observamos:

a) levando em conta a importância de evitar a continuação do problema de “excedentes”, concentrar o aumento de vagas em carreiras prioritárias para o desenvolvimento econômico e social, notadamente em quatro áreas: professores de nível médio, a área de maior déficit, atualmente, medicina e outras profissões da saúde (enfermagem, bioquímica, odontologia); engenharia (principalmente engenharia de operação) e outras profissões da área tecnológica (engenharia – química, industrial e química-industrial); técnicos intermediários (carreiras curtas de nível superior); (grifo meu)

E também, no mesmo Relatório, na alínea “c”, do item I do título IX, com relação medidas para atender à expansão do ensino superior:

c) Deflagração imediata da “Operação – Produtividade” e outros programas destinados a permitir melhor utilização da capacidade instalada na rede de ensino superior, notadamente com referência às carreiras prioritárias para o desenvolvimento. (grifo meu)

Observamos que os relatórios para a Reforma incentivavam os cursos para “carreiras prioritárias para o desenvolvimento”, e considerando que na década de 70 o turismo foi visto como a “solução” para o desenvolvimento econômico do Brasil, isso também contribuiu para a criação do curso superior de turismo.

Calderon (2000) discorrendo sobre a criação de instituições isoladas afirma:

Para se ter uma noção da rápida expansão dessas instituições de ensino após o início da reforma de 68, pode-se dizer que em 1971 havia 463

---

<sup>15</sup> Relatório Geral do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária, alínea a, do item 3 do título IX – Metas de Expansão do Ensino Superior, retirado da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – Rio de Janeiro, v.50, n.111 – jul/set 1969, pág. 119 - 175

estabelecimentos isolados, e entre 1971 e 1975 foram criadas mais 162 instituições desse tipo.

De acordo com Martins & Velloso (2002: 813):

Os proprietários de escolas e colégios, percebendo a evolução crescente de matrículas nos estabelecimentos públicos, no ensino elementar e secundário e, ao mesmo tempo, constatando a existência de uma demanda reprimida no ensino superior, bem como uma atitude favorável por parte da política educacional, preocupada em resolver a questão dos “excedentes”, enquanto tendência, passaram a deslocar parte de seus investimentos para a abertura de novas instituições — em sua grande maioria faculdades isoladas de pequeno porte, muitas das quais eram o resultado da transformação de antigos colégios secundários.

A opção do setor privado por esse tipo de instituição, não universitária, cuja criação era mais rápida e mais fácil do que o reconhecimento (hoje credenciamento) de universidades evidenciava a disposição em absorver o atendimento pela demanda de ensino.

Apesar da reforma universitária de 1968, as instituições públicas ainda não haviam resolvido o problema dos excedentes e, como já citamos, ficou a cargo do ensino privado atender a grande massa dos excedentes. É interessante observar que na época da reforma, havia no Brasil nove universidades que não eram públicas, e sim confessionais, sendo oito católicas e uma presbiteriana. Porém, no final dos anos 60 começa a surgir um “novo ensino superior privado”, laico, que via no ensino superior um mercado empresarial como outro qualquer, visando o lucro. Sendo assim, o problema dos excedentes, bem como a crescente clientela potencial, oriunda do aumento da rede de segundo grau, passou a ser uma ótima oportunidade de investimento.

Meu interesse em rever todos esses problemas com os excedentes é mostrar que com o aumento da necessidade de mais vagas no ensino superior, houve a necessidade da abertura de novas instituições de ensino, inclusive, de novos cursos com carreiras ainda não regulamentadas, como é o caso do turismo, apoiada pelo artigo 18 da Lei 5.540/68. Dessa forma, entendo que essa demanda por vagas foi essencial para que o curso de turismo se estabelecesse, pois era um curso que chamava a atenção dos empresários da educação por ser um curso diferente e bom de mercado, que necessitava de pouco investimento e teria fácil retorno, considerando que era um curso novo, e essa novidade atrairia alunos.

## 2. OS PROJETOS DE CRIAÇÃO DOS CURSOS DE TURISMO

Ao se analisar a formação dos cursos superiores de turismo no Brasil, entende-se, que a primeira instituição a criar o curso foi a Faculdade de Turismo do Morumbi - que iniciou suas aulas na segunda quinzena de março de 1971 - e que a segunda foi a Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas - que foi a primeira a ser autorizada pelo Conselho Federal de Educação. Também há um consenso de que a estrutura universitária para o curso de turismo se deu após a criação, em 1973, da faculdade de Turismo na Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo (ECA/USP). A partir de então, outras faculdades de turismo foram criadas por todo o Brasil, e não há consonância, entre os autores que já analisaram o tema, com relação a ordem cronológica que essas foram criadas. Pesquisei junto ao INEP/MEC, mas não obtive retorno.

Considerando que as três citadas foram as precursoras do curso superior de Turismo no Brasil, elas serão usadas como referências para entendermos o processo de formação das demais.

Para a análise que se segue, busquei dados e informações através de documentos históricos das instituições citadas, e documentos oficiais do MEC, bem como alguns depoimentos e também através da bibliografia existente.

Com relação aos dados oficiais das instituições, tentei, através de ofício, e-mail, telefonemas e contato pessoal, ter acesso ao arquivo da Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas, atual Centro Universitário Ibero-Americano / UNIBERO, mas não fui atendido. Na Faculdade de Turismo do Morumbi, atual Universidade Anhembi-Morumbi, também segui todos as burocracias exigidas, mas também não consegui entrevistar o Professor Gabriel Mário Rodrigues, o fundador do primeiro curso de Turismo, e nem ter acesso aos documentos oficiais da implantação do curso, porém, adquiri o livro<sup>16</sup> onde Rodrigues narra a trajetória da formação do curso. Com relação à ECA/USP, consegui ter acesso aos documentos referentes à formação do curso, bem como consegui entrevistar o professor Mário Carlos Beni, que estava presente na formação e adequação do currículo do curso de turismo das três faculdades.

Começarei essa parte analisando como se deu a formação do curso na Faculdade de Turismo do Morumbi.

---

<sup>16</sup> RODRIGUES, Gabriel Mário. **Se não foi a primeira, não foi a segunda** : o desafio de implantar a Faculdade de Turismo do Morumbi no início dos anos 70. – São Paulo : Editora Anhembi Morumbi, 2005.

A Faculdade de Turismo do Morumbi (FTM), que hoje é a Universidade Anhembimorumbi - instituição que tinha como mantenedora a Organização Bandeirante de Tecnologia e Cultura – teve seu curso aprovado em 24 de janeiro de 1972, pelo parecer nº 108/72, processo 667/71 do Conselho Federal de Educação.

De acordo com a Documenta nº 135, de fevereiro de 1972 - revista oficial do Ministério da Educação - consta que a FTM iniciou suas atividades no segundo semestre de 1970. Em pesquisa no jornal Folha de São Paulo e de acordo com Rodrigues (2005), o curso de turismo teve seu início na segunda quinzena de março de 1971. Na verdade, o que se iniciou no segundo semestre de 1970 foi o curso preparatório para os funcionários do Departamento de Obras Públicas; curso ministrado pelos fundadores da Faculdade de Turismo do Morumbi enquanto aguardavam o término das obras para o funcionamento da faculdade.

De acordo com Rodrigues (2005), a idéia de se formar a Faculdade de Turismo do Morumbi surgiu do “acaso”. Gabriel Mário Rodrigues conta, em seu livro<sup>17</sup>, que era arquiteto do DOP – Departamento de Obras Públicas de São Paulo e juntou-se a dois amigos do Departamento, Vitório Lanza Filho, que era engenheiro agrimensor e Walter Rodrigues da Silva, desenhista, para fundar uma instituição de ensino superior, a Organização Bandeirante de Tecnologia e Cultura, com a proposta inicial de formar um curso preparatório para os funcionários do DOP ingressarem em cursos superiores, além de cursos técnicos e futuramente uma faculdade de Arquitetura. Para formar esse curso, procuraram por locais onde poderiam instalar a escola, e conseguiram um prédio que ainda estava em construção, onde teriam que terminar a obra.

Gabriel Mário Rodrigues era atuante na escola onde suas filhas estudavam, o Colégio Pio XII - dirigido por religiosas norte-americanas. Um dia, uma dessas religiosas, a *sister* Hilda, diretora na ocasião, foi convidada por Gabriel para visitar a obra do local onde seria o curso para os funcionários do DOP. Após conhecer o local, *sister* Hilda perguntou ao Gabriel, por que, ao invés de uma escola para funcionários do DOP, ele não montava uma escola com curso técnico de turismo? Gabriel e seus amigos consideraram a idéia e, após análise de mercado, perceberam que havia sim demanda para estudar turismo, considerando o crescimento do setor na época. Porém, a maioria dos interessados no curso já havia terminado o segundo grau. Dessa forma decidiram formar um curso superior de turismo. (RODRIGUES, 2005). Como nenhum dos empreendedores tinha conhecimento de turismo, buscaram ajuda de Domingo Hernández Peña, um cidadão espanhol, que chegara ao Brasil na metade da década

---

<sup>17</sup> Obra já citada.

de 1960, profissional de grande conhecimento da área de turismo. De acordo com Mário Beni<sup>18</sup>, Peña não possuía formação superior, porém teve grande capacidade para organizar o curso de turismo.

Peña aceitou trabalhar como coordenador da primeira faculdade de turismo, mas exigiu autonomia para “desenhar” o curso. Ele não queria que se estudasse apenas geografia, ou psicologia, mas sim que estudasse geografia turística, psicologia turística. Queria que houvesse integração das disciplinas. Dessa forma, ele projetou todo o curso, aula por aula, de todas as disciplinas. Enfim, ele foi o responsável pelo modo como se ensinou turismo na Faculdade de Turismo do Morumbi nos primeiros anos.

Desde os primeiros anos de sua criação, a Faculdade de Turismo do Morumbi foi promotora de vários eventos em São Paulo e região, como, por exemplo, a coordenação técnica do I Congresso Integrado dos Municípios Brasileiros promovido pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo de São Paulo e pela Prefeitura de São Paulo, realizado em Serra Negra, SP em 1973, com a finalidade de discutir problemas do desenvolvimento turístico regional.

A segunda faculdade, como já mencionei, foi a Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas, atual UNIBERO Centro Universitário Íbero-Americano, que tem como mantenedora o Centro Hispano-Brasileiro de Cultura de São Paulo. Essa faculdade teve seu curso aprovado em 13 de janeiro de 1972<sup>19</sup>. Não sei ainda exatamente a data do início das aulas, considerando que não obtive êxito nas tentativas de pesquisa junto à mesma.

O diretor e fundador da Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas foi o professor espanhol Julio Gregório Garcia Morejón. De acordo com Rodrigues (2005), Morejón formou-se em Filosofia, Letras e Filologia Românica pela Universidade de Salamanca, em 1953, e chegou em São Paulo em 1954 onde ele inicia o seu trabalho como Professor Catedrático na USP. Estudioso de História e Crítica da Arte, publicou mais de 20 livros e centenas de artigos no Brasil e no exterior. Foi o primeiro diretor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – ECA/USP, permanecendo como diretor até abandonar o cargo para criar a sua própria faculdade.

De acordo com Rodrigues (2005), a Faculdade de Turismo do Morumbi foi a primeira a pedir ao Conselho Federal de Educação autorização para o funcionamento do curso, em 19 de fevereiro de 1971, porém, através do bom relacionamento de Morejón com personalidades do

---

<sup>18</sup> Em entrevista com o professor Mário Beni em São Paulo, em setembro de 2006. A entrevista será reproduzida na íntegra nos anexos, além dos trechos utilizados ao longo da dissertação.

governo, a Faculdade Ibero-Americana, que pediu a autorização em 17 de agosto de 1971, foi a primeira autorizada a ter um curso de turismo. De acordo com entrevista de Mário Beni, o fato do professor Peña não ter formação superior, atrasou o processo de autorização da Faculdade de Turismo do Morumbi, e por esse motivo a Faculdade Ibero-Americana foi a primeira ser autorizada.

As duas faculdades analisadas até agora eram instituições isoladas<sup>20</sup>, oriundas da iniciativa privada, e tinham seus currículos voltados para o mercado de trabalho. Como já abordei no primeiro capítulo desse trabalho, as universidades, especialmente as públicas, seriam as responsáveis pelas pesquisas e as instituições isoladas, pela formação profissional em larga escala. A grade curricular das três instituições que estou analisando eram bem parecidas<sup>21</sup>, mas foi a partir do currículo da faculdade de Turismo da ECA/USP que as demais universidades, que se seguiram, basearam os seus. Vale lembrar que o currículo mínimo e a duração do curso, aprovado e homologado pelo Conselho Federal de Educação<sup>22</sup>, foi baseado no currículo da Faculdade de Turismo do Morumbi.

Analisando os documentos que obtive junto a ECA/USP<sup>23</sup>, percebemos que, ao contrário do “acaso” como surgiu a Faculdade de Turismo do Morumbi, o que se entende é que o plano inicial para se formar o curso de Turismo veio de um pedido do presidente do Conselho Nacional do Comércio – Conselho de Turismo, Corinto de Arruda Falcão.

Em 27 de setembro de 1971, Corinto encaminhou ofício ao reitor, Miguel Reale, pedindo a implantação do curso de turismo na USP. Nesse ofício, Corinto retoma o assunto do ensino de turismo em nível universitário, que foi aprovado pelo parecer 35/71, em 28 de janeiro de 1971, relatado por Celso Kelly. Após debates na Câmara do Ensino Superior, recebeu parecer do conselheiro Roberto Figueira dos Santos, homologado pelo ministro da educação, Jarbas Passarinho que se referindo ao turismo assinala a “importância do assunto para o desenvolvimento da economia nacional” e da oportunidade dessa “prestigiosa Universidade” “diversificar” suas atividades. Ou seja, a criação do curso de Turismo na USP

---

<sup>19</sup> Parecer nº 41/72 processo 607/71 do Conselho Federal de Educação (Documenta 134, janeiro de 1972, pág. 94)

<sup>20</sup> O professor Julio Garcia Morejón e o professor Gabriel Mário Rodrigues gozavam de grande amizade (RODRIGUES, 2005).

<sup>21</sup> Ver pág. 43.

<sup>22</sup> Resolução s/nº de 28/01/71

<sup>23</sup> A Universidade de São Paulo criou a Escola de Comunicações e Artes através do Decreto Estadual nº 46.419, de 16 de junho de 1966. Inicialmente a Escola foi chamada de Escola de Comunicações Culturais – ECC, e em 1970, através do Decreto 52.326 passou a ser chamada de Escola de Comunicações e Artes - ECA. O reitor responsável pela criação foi o Prof. Dr. Luís Antônio Gama e Silva, que constituiu uma comissão especial para discutir o assunto. Fazia parte dessa comissão o professor espanhol Júlio Garcia Morejón, primeiro diretor da Escola, que saiu para abrir sua própria faculdade, a Ibero-americana, como já mencionamos.

surgiu de um pedido externo. É interessante que o Conselho citado pertencia ao estado do Rio de Janeiro, e o pedido foi feito para o curso fosse criado na USP, em São Paulo.

Esse ofício<sup>24</sup> foi recebido pelo secretário geral da USP, José Geraldo Soares de Mello, no dia 05 de outubro de 1971.

No dia 20 de outubro de 1971, Modesto Farina, coordenador do CRP (Centro de Relações Públicas da USP - atual Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo), encaminhou ofício nº 13/71 ao prof. Mário Carlos Beni, solicitando que estudasse e sugerisse uma estrutura de curso de turismo na ECA. Pediu urgência, pois um anteprojeto do curso deveria ser apresentado em reunião de Comissão Diretora, do CRP, no dia 19 de novembro de 1971.

Mário Beni confeccionou o anteprojeto<sup>25</sup> contendo os “Objetivos e necessidades de implantação do curso de turismo na Escola de Comunicações e Artes da USP”, abordando na introdução a importância da Educação como “o fim intermediário rumo à produtividade e bem estar; ...”. Considerando ainda: “O turismo, entidade aculturadora, vai cada vez mais se definindo como uma poderosa indústria, a ponto de hoje já ser colocada em segundo lugar, entre todas, em movimentação de capitais, só perdendo para a indústria do petróleo” e depois fala dos benefícios econômicos do turismo e diz que só os países que tiverem profissionais especializados gozarão desses benefícios. Beni lembra, em seu anteprojeto, a frase de Jarbas Passarinho, ministro da educação, que diz: “O Brasil precisa de Técnicos de turismo”. Depois, Beni faz a “Adaptação ao esquema do parecer 35/71 do Conselho Federal de Educação”, onde explana sobre o curso e aponta algumas dificuldades encontradas para a sua implantação, a saber:

- 1) Organizar o currículo, dificultado pelo fato de não haver modelos consolidados para o ensino de Turismo.
- 2) Adaptar o Curso ao parecer nº 35/71 do Conselho Federal de Educação que impôs as cadeiras obrigatórias a serem ministradas, bem como a carga horária mínima.
- 3) Adaptar o Curso de Turismo à Filosofia Educacional da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

---

<sup>24</sup> Anexo cópia do ofício.

<sup>25</sup> Anexo cópia do anteprojeto “Objetivos e necessidades de implantação do curso de turismo na Escola de Comunicações e Artes da USP”.

Beni também salienta que o curso de turismo não é um curso de Filosofia, nem de Línguas e nem de Hotelaria (Anteprojeto: “Objetivos e necessidades de implantação do curso de turismo na Escola de Comunicações e Artes da USP”, 1971).

Por fim o anteprojeto traz a “Estrutura curricular e carga horária de canal de turismo da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo”. O curso foi dividido em oito semestres<sup>26</sup>.

Conforme Inform. nº 16/71/CRP, de 27 de dezembro de 1971, o anteprojeto teve a aprovação do Conselho Departamental do CRP, em reunião realizada em 15/12/71, porém sendo necessário alguns adendos, os quais o Coordenador do CRP, Modesto Farina, encaminhou para o prof. Beni em 27 de dezembro de 1971.

Em Ofício 694/72, de 13 de abril de 1972, encaminhado ao reitor da USP, Miguel Reale, o diretor da ECA, Antonio Guimarães Ferri solicita suas “dignas providências, junto Colendo Conselho Universitário, para a criação do Curso Superior de Turismo” na ECA, e reforça que a solicitação para implantação do Curso partiu do Presidente do Conselho de Turismo (Corintho de Arruda Falcão). Ferri também informa que, caso o reitor aprove a criação do Curso, este está previsto para iniciar-se no segundo semestre letivo de 1972, no período noturno.

De acordo com um trecho da Ata da 13ª Sessão do Conselho Técnico Administrativo (CTA)<sup>27</sup>, realizada em 02 de maio de 1972, se referindo à discussão do Processo 24808/71, da Confederação Nacional do Comércio – Conselho de Turismo, para implantação do curso superior de Turismo na ECA, no segundo semestre de 1972,

[...] o Conselheiro Antônio Guimarães Ferri esclarece que o assunto tramitou pela Escola de Comunicações e Artes, eis que o processo lhe foi dirigido pelo Gabinete do Reitor. Sua Magnificência, com a palavra, diz que o problema relacionado à eventual realização de um exame vestibular no segundo semestre está na dependência da solução a ser dada no processo anteriormente discutido. Entende, outrossim, que, neste caso, o CTA deverá encaminhar a matéria ao CEPE, através da Câmara de Graduação, sem pronunciamento de mérito, passando antes, pela Comissão de Orçamento e Patrimônio, que verificará a questão relacionada a recursos. Em votação o plenário concorda com o ponto de vista do Reitor.

Novamente, agora na Ata da 13ª Sessão do Conselho Técnico Administrativo, vemos que o curso de Turismo da ECA surgiu de um pedido do Conselho de Turismo.

---

<sup>26</sup> Ver primeiro currículo de Turismo da ECA anexo.

<sup>27</sup> Anexo cópia do trecho da Ata .

Após tramitar por vários setores, a USP resolveu que não faria outro vestibular no segundo semestre de 1972 e encaminhou o processo para a ECA para que o curso fosse iniciado em 1973.

A ECA, através de seu diretor, Antonio Guimarães Ferri, foi atrás de convênios para implantar o curso, conforme carta ofício (Of.724/72) enviada para o Secretário de Turismo e Fomento da Prefeitura Municipal de São Paulo, Ebenir Machado, em 17 de abril de 1972, nela apresenta o Curso de Turismo e consulta sobre “a possibilidade da realização de um convênio entre essa Pasta e a Escola, para a implantação do curso em apreço”. Na mesma data e com o mesmo conteúdo do ofício citado, é enviado ofício (Of.725/72) para o Secretário de Cultura Esporte e Turismo do Estado de São Paulo, Pedro de Magalhães Padilha.

Em 26 de abril de 1972, o coordenador do CRP, Modesto Farina, encaminha a estrutura do Curso de Turismo, após as observações e modificações curriculares feitas por Beni, ao diretor da ECA, Antonio Guimarães Ferri.

Em 11 de outubro de 1972, Modesto Farina, coordenador do CRP encaminha ao Diretor de Escola de Comunicações e Artes, a estrutura do curso de turismo para 1973. Vale ressaltar que na ocasião, o Diretor da ECA era Manuel Dias Nunes.

De acordo com a aprovação da Comissão especial do CRP, em reunião realizada em 16 de maio de 1973, foi aprovada a estrutura de instalação do curso de Turismo, com início a partir de 01 de agosto de 1973, no período noturno. Nesse momento, quem respondia pelo expediente do CRP era Cândido Teobaldo de Souza Andrade.

Dessa forma, inicia-se em agosto de 1973 o Curso de Turismo da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, que deu novo rumo ao estudo acadêmico do turismo no Brasil, considerando que era ministrado numa universidade, e tinha como objetivo o estudo epistemológico do Turismo e não apenas um estudo de caráter técnico-profissional como a Faculdade de Turismo do Morumbi e as demais instituições isoladas que se formavam ofereciam.

É interessante notar que, apesar de só ter iniciado no segundo semestre de 1973, a idéia e o processo de implantação do curso, tramitaram na USP desde, pelo menos, 27 de setembro de 1971, data do ofício enviado pelo Conselho de Turismo, ou seja, no mesmo ano de início da FTM e da Íbero-Americana.

No início, em termos gerais, muitas foram as dificuldades encontradas para formar o turismólogo. O próprio Prof. Beni levantou algumas, como já vimos anteriormente. Outras dificuldades, de acordo com Matias (2002) foram:

- seleção do corpo docente, quando da instalação dos primeiros cursos, pois não havia, no país, professores especializados;
- falta de conscientização do próprio aluno do que é o curso de Turismo, e do que ele esperava do mesmo;
- a inexistência de bibliografia nacional sobre o assunto, bem como traduções e/ ou dificuldades de importar obras estrangeiras;
- um currículo mínimo humanístico e pouco profissionalizante;
- a falta de adequação das disciplinas com seus respectivos conteúdos e programas;
- a falta de padronização dos cursos, permitindo a existência de cursos de três e quatro anos.

A época de milagre econômico brasileiro permitiu que pessoas que não tinham tido oportunidade de estudar quando mais jovens, faziam depois de adultos, bem como quem já era formado, tinha condições de iniciar novos cursos.

Santos Filho (2003) se referindo a demanda, relata:

Nesse meio surge o turismo como um curso novo para os empresários da educação que o enxergaram como exótico e bom de mercado, capaz de arrebatar um contingente constituído de profissionais de várias áreas que atuavam no amplo campo do turismo; jovens ligados a aventuras induzidos e dispostos depois de formados a viver em outro país em virtude das condições de vida e da repressão dos militares; pessoas com idade acima de 30 anos que pretendiam atuar em outro campo e senhoras que desejavam por um fim em sua ociosidade de damas do lar e que já eram objetos dos movimentos feministas que começavam a se manifestar.

O *Jornal do Brasil*<sup>28</sup>, de 11 de abril de 1974, trouxe uma matéria de Benedito Malta Marques, na época com 60 anos, um dos alunos mais velhos da primeira turma da Faculdade de Turismo do Morumbi. Ele dizia que resolveu fazer o curso para preencher o tempo vazio de sua aposentadoria (engenheiro civil do Departamento de Obras Públicas do estado de São Paulo) e gostou tanto do curso que desejava, o quanto antes, trabalhar com planejamento.

Os alunos da Faculdade de Turismo do Morumbi, do período da manhã, em geral, eram vindos da classe média alta, já os alunos do período noturno, em sua maioria trabalhavam e queriam, com o diploma, galgar uma posição social melhor (RODRIGUES, 2005).

---

<sup>28</sup> Faculdade de Turismo do Morumbi diploma este ano a primeira turma – *Jornal do Brasil*, 11 de abril de 1974.

Ainda nos documentos referentes ao curso de turismo na ECA, há um ofício, datado do dia 23 de maio de 1978, do presidente de comissão de ensino para Sarah Chucid da Viá, chefe do CRP, solicitando estudos sobre o motivo pelo qual não houve candidatos suficientes para o segundo período letivo de 1978 para o curso de turismo. Não tenho a resposta da Sarah, mas de acordo com Matias (2002):

[...] a partir de 1976, ocorre uma queda sensível no número de ingressantes devido a uma série de fatores socioeconômicos. A conjuntura nacional produzia mais uma de suas crises cíclicas, provocando desemprego, queda do poder aquisitivo das classes média e baixa e aumento das mensalidades escolares.

e

O decréscimo de formandos no período de 1974 a 1980 acompanhou a tendência dos cursos superiores no país, e não pode ser atribuído ao “pequeno interesse pelo curso”.

Analisando as declarações de Matias (2002) acima, percebemos que o problema da diminuição de alunos após 1978 não foi enfrentado somente pelo curso de Turismo, mas foi uma crise global em todos os cursos, inclusive no de Turismo.

## **2.1. Currículos iniciais de Turismo da Faculdade de Turismo do Morumbi e da ECA/USP<sup>29</sup>**

[...] currículo é um conjunto de conhecimentos, de saberes, competências, habilidades, experiências, vivências e valores que os alunos precisam adquirir e desenvolver, de maneira integrada e explícita, mediante práticas e atividades de ensino e de situações de aprendizagem. (MASETTO, 2003, p. 67)

Faculdade de Turismo da Morumbi - Curso dividido em oito semestres:

1º Semestre

- 1 – Geografia turística do Brasil;
- 2 – Transporte e Comunicações Nacionais I;

---

<sup>29</sup> Não consegui localizar o primeiro currículo do curso de Turismo da Faculdade Íbero-Americana de Letras e Ciências Humanas.

- 3 – Teoria e Técnica do Turismo I;
- 4 – Turismo como fator de Educação Moral e Cívica;
- 5 – História Geral da Cultura Brasileira I
- 6 – Psicologia do Turista;
- 7 – Elementos da Matemática e Estatística ;
- 8 – Fundamentos Científicos da Comunicação I

#### 2º Semestre

- 1 – Geografia Turística do Brasil;
- 2 – Transportes e Comunicações Nacionais II;
- 3 – Teoria e Técnica do Turismo II;
- 4 – Turismo como fator de Integração Nacional;
- 5 - História Geral da Cultura Brasileira II;
- 6 – Elementos da Matemática e Estatística II;
- 7 – Fundamentos Científicos da Comunicação II.

#### 3º Semestre

- 1 – Geografia Turística Internacional;
- 2 – Transporte e Comunicações Internacionais I;
- 3 – Teoria e Técnica do Turismo III;
- 4 – Consciência Turística;
- 5 – História Geral da Cultura Universal;
- 6 – Psicologia do Turismo I;
- 7 – Pesquisa de Opinião Pública e Mercadológica I;
- 8 – Comunicação de Massas I.

#### 4º Semestre

- 1 – Geografia Turística Internacional;
- 2 – Transporte e Comunicações Internacionais II;
- 3 – Teoria e Técnica do Turismo IV;
- 4 – Consciência Turística II;
- 5 – História Geral da Cultura Universal II;
- 6 – Pesquisa de Opinião Pública e Mercadológica II;
- 7 – Comunicação de Massas II.

#### 5º Semestre

- 1 – Política;
- 2 – Documentação Turística;
- 3 – Teoria e Técnica do Turismo V;
- 4 – Problemas Sociais e Econômicos Contemporâneos;
- 5 – História do Turismo Nacional;
- 6 – Sociologia Turística I;
- 7 – Economia Turística I;
- 8 – Elementos das Relações Públicas e Humanas I.

#### 6º Semestre

- 1 – Política e Administração Turísticas;
- 2 – Documentação Turística II;
- 3 – Teoria e Técnica do Turismo VI;
- 4 – Problemas Sociais e Econômicos Contemporâneos II;
- 5 – História do Turismo Internacional;
- 6 – Sociologia Turística II;
- 7 – Economia Turística II;
- 8 – Elementos de Relações Públicas e Humanas II.

#### 7º Semestre

- 1 – Teoria e Planejamento Turístico;
- 2 – Análise da Oferta Turística;
- 3 – Análise da Demanda Turística;
- 4 – Racionalização da Oferta Turística;
- 5 – Promoção da Demanda Turística.

#### 8º Semestre

- 1 – Prática do Planejamento Turístico

*Fonte: Jornal Folha da Tarde, 20/01/71*

Estrutura curricular do curso de turismo da ECA/USP – Também dividido em oito semestres:

#### 1º Semestre:

- 1 – Introdução às Comunicações e Artes;
- 2 – Biblioteconomia-Bibliografia e Documentação;
- 3 – Fundamentos Científicos da Comunicação I;
- 4 – História da Arte I;
- 5 – Comunicação Lingüística I;
- 6 – Sociologia;
- 7 – História da Cultura e da Comunicação I;

#### 2º Semestre:

- 1 – Fundamentos Científicos da Comunicação II;
- 2 – Comunicação Lingüística II;
- 3 – História da Cultura e da Comunicação II;
- 4 – Fundamentos Filosóficos da Comunicação;
- 5 – Cultura Brasileira;
- 6 – Matemática;
- 7 – Idioma Estrangeiro I;

#### 3º Semestre

- 1 – Ética e Legislação dos Meios de Comunicação;
- 2 – Introdução ao Jornalismo e à Editoração;
- 3 – Introdução à Telerádiodifusão, cinema e Teatro;
- 4 – Informática I;
- 5 – Problemas Sociais e Econômicos Contemporâneos;
- 6 – Estatística;
- 7 – Idioma Estrangeiro II.

#### 4º Semestre

- 1 – História da Comunicação – História do turismo;
- 2 – Teoria da informação;
- 3 – Pesquisa de Opinião e Mercadologia;
- 4 – Geografia I;
- 5 – Comunicação e lazer;
- 6 – História do Brasil;
- 7 – Idioma Estrangeiro III.

#### 5º Semestre

- 1 – Teoria e Técnica do Turismo I;
- 2 – Administração Geral;
- 3 – Relações Humanas;
- 4 – Pesquisa de Opinião Pública;
- 5 – Geografia II;
- 6 – História da Arte no Brasil I;
- 7 – Psicologia da Comunicação.

#### 6º Semestre

- 1 – Teoria e Técnica do Turismo II;
- 2 – Jornalismo Turístico;
- 3 – Propaganda Aplicada ao Turismo;
- 4 – Geografia do Brasil;
- 5 – Relações Públicas Aplicada ao Turismo;
- 6 – Idioma Estrangeiro I;
- 7 – Sociologia da Comunicação.

#### 7º Semestre

- 1 – Teoria e Técnica do Turismo III;
- 2 – Análise Econômica do Turismo I;
- 3 – História da Arte no Brasil II;
- 4 – Planejamento e Organização do Turismo I;
- 5 – Idioma Estrangeiro II
- 6 – Antropologia da Comunicação;
- 7 – Problemas Brasileiros I.

#### 8º semestre

- 1 – Análise Econômica do Turismo II;
- 2 – Planejamento e Organização do Turismo II;
- 3 – Transportes e Telecomunicações;
- 4 – Noções de Direito – Legislação do Turismo;
- 5 – Idioma Estrangeiro III;
- 6 – Filosofia da Comunicação;
- 7 – Problemas Brasileiros II

*Fonte:* Documento de Instalação do Curso de Turismo – Departamento de Relações Públicas e Propaganda da USP.

O curso de turismo na ECA, pela sua origem, possuía muitas matérias de Jornalismo e Comunicação em geral.

É interessante que nos dois currículos podemos observar disciplinas como: “Problemas brasileiros”, “Problemas Sociais e econômicos Contemporâneos”, “Política”, “Problemas Sociais e Econômicos Contemporâneos”, entre outras, que propunha uma discussão. Considerando o momento de Ditadura Militar que o país vivia, me chama a atenção para a forma como esses assuntos eram abordados, se é que eram abordados, pois se sabe que durante a Ditadura sempre havia um militar disfarçado entre os alunos. O que será que se falava? Será que eram discussões para se abrir a mente ou pra se fechar a mente (controle ideológico)? Bem, não temos a ementa do curso, e só quem viveu aquele momento é quem pode responder.

### **3. VERTENTES MERCADOLÓGICAS PARA CRIAÇÃO DO CURSO DE TURISMO. AÇÕES DO ESTADO.**

Como já mencionei na introdução desse trabalho, entendo e defendo que são três os principais motivos que levaram a criação do curso de turismo no Brasil, a saber: a criação da EMBRATUR e conseqüentemente uma maior preocupação com o turismo no Brasil, que incentivou a formação de profissionais com nível superior para sua fomentação; a expansão do ensino superior privado, em conseqüência da crise causada pelos excedentes e por fim a valorização do lazer e do ócio na década de 60, que incentivava o melhor uso do tempo livre dos trabalhadores e o investimento em equipamentos de lazer, o que, como no caso da EMBRATUR, requeria mão-de-obra mais qualificada.

No primeiro capítulo já abordei a expansão do ensino superior privado como um dos motivos para criação do curso superior de Turismo. Analisarei mais cuidadosamente agora os outros dois motivos, começando pela criação da Empresa Brasileira de Turismo, atual Instituto Brasileiro de Turismo<sup>30</sup>.

#### **3.1. A EMBRATUR**

De acordo com a EMBRATUR<sup>31</sup>:

A EMBRATUR foi criada no Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 1966, como Empresa Brasileira de Turismo. Sua criação representou um marco na história da administração pública no Brasil, sendo a primeira empresa pública do país. Em 1966, o então ministro da Indústria e do Comércio Paulo Egydio Martins, apresentou a 1ª Exposição de Motivos para a criação do órgão, bem como Projeto de Lei, ao Presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco. Já na exposição foi indicada a contribuição para

---

<sup>30</sup> Em 28 de março de 1991 a EMBRATUR passou a ser considerada Autarquia Especial e ganhou a condição de Instituto, porém, manteve a denominação atual: EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo. Também foi vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República. Em 19 de novembro de 1992, sua sede foi transferida para Brasília, e passou a vincular-se ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Em 1999, foi vinculada ao Ministério do Esporte e Turismo.

Com a criação do Ministério do Turismo, em janeiro de 2003, a EMBRATUR passou a cuidar exclusivamente da promoção do Brasil no exterior.

<sup>31</sup> Texto extraído dia 03/05/05 do site da Embratur:

<http://www.embratur.gov.br/br/conteudo/resultadoBusca.asp?id=353&grupo=2>

a economia nacional que o turismo traz, enquanto fonte de geração de divisas e empregos. Além disso, havia também a necessidade de ampliação do parque hoteleiro e fiscalização das atividades das agências de viagens. Àquela época, a divisão de Turismo e Certames, então pertencente ao ministério da Indústria e do Comércio e encarregada dos assuntos do turismo, não podia mais atender as necessidades de expansão da indústria do turismo.

A EMBRATUR só foi criada em 1966 e antes da sua criação, poucas eram as iniciativas para se organizar e fomentar o turismo no Brasil, principalmente por parte do governo.

Um das entidades mais antigas, que se preocupava com o turismo brasileiro, é a Sociedade Brasileira de Turismo, fundada em 1923, idealizada para divulgar os recursos turísticos do Brasil à elite brasileira. Em 1926, a Sociedade passou a se chamar Touring Club do Brasil, após filiar-se aos organismos internacionais de turismo. A partir desse momento, passou a divulgar o Brasil também no exterior. “*Com o Baile do Teatro Municipal, os concursos de músicas carnavalescas, os banhos de mar à fantasia e o corso pela avenida Atlântica, o Touring começou a criar o mito internacional do Carnaval do Rio e mostrou ao mundo uma nova pérola carioca – Copacabana*”<sup>32</sup>. O clube foi um dos grandes responsáveis por divulgar os recursos turísticos do Brasil aos brasileiros e ao mundo, sendo em 1934 designado pelo Itamarati como órgão oficial para fomento do turismo na América do Sul.

Outro órgão ligado ao turismo, criado antes da EMBRATUR, em 1953, foi a Associação Brasileira de Agentes de Viagens (ABAV) no Rio de Janeiro e posteriormente estruturada em outros estados da Federação. De acordo com Trigo (2000: 156), em 1966 havia 899 agências de turismo em funcionamento no Brasil. Dessas, 179 no Rio de Janeiro e 393 em São Paulo.

Ainda antes da criação da EMBRATUR, em 1961, foi reorganizado o Ministério da Indústria e Comércio através da Lei nº 4.048, de 29 de dezembro, contendo em sua estrutura a Divisão de Turismo e Certames, que teve suas atribuições constituídas pelo Decreto nº 533, de 23 de janeiro de 1963.

Nas palavras de Solha (2004):

No turismo as preocupações para se estabelecer as políticas para o setor só aparecem quando este adquire importância econômica, ou quando começa a causar transtornos. Antes disso, caracteriza-se pela espontaneidade, com pouco ou nenhum controle de seu desenvolvimento, obedecendo apenas à lei do mercado.

Dessa forma, ou seja, considerando a importância que o turismo começava a ter no país, principalmente pensando no retorno econômico que traria, a partir de 1966, o Brasil dedica-se oficialmente ao turismo, criando a EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo, Órgão oficial do governo para organização e promoção do turismo brasileiro.

Em outubro de 1967 acontece, no Rio de Janeiro, o I Encontro Oficial do Turismo Nacional, que foi a primeira iniciativa da EMBRATUR.

Para um melhor entendimento do papel da EMBRATUR, entendo a necessidade de se abordar algumas teorias do turismo.

A atividade turística em um país pode ser emissiva ou receptiva e também pode ser turismo interno/ doméstico ou turismo externo.

Um país que se dedica ao turismo emissivo, é aquele que envia os turistas para outros países, e o país que se dedica ao turismo receptivo é aquele que se preocupa em divulgar o país no exterior para atrair turistas estrangeiros. O turismo interno é o praticado por habitantes de um determinado país, sem deixar o território nacional e turismo externo é o conjunto de atividades turísticas exercidas por cidadãos que ultrapassam o território do país de sua residência.

Algumas características da oferta turística:

- Os recursos turísticos são estáticos, ou seja, não podem ser transportados em seu todo ou em partes significativas sem alterações no próprio conjunto do potencial.
- Os recursos turísticos são imóveis, ou seja, os turistas é que se deslocam para usufruí-los.

Pensando na balança comercial, quando importamos um produto, estamos deixando dinheiro no país exportador, e quando exportamos um produto, estamos recebendo dinheiro do país importador. Para a balança comercial não ficar em déficit, é necessário exportar mais do que importar. No turismo é a mesma coisa. Toda vez que um país recebe turistas, ele está exportando serviços, uma vez que os recursos são estáticos e imóveis, e assim, recebendo o dinheiro deixado pelos turistas, que trabalharam em seus países e gastaram em outro. E, obviamente, todas as vezes que um cidadão trabalha no Brasil, recebe seu salário, e gasta no exterior, o Brasil está importando serviços.

---

<sup>32</sup> Trecho extraído do site do Touring Club: <http://www.touring.com.br/historia.php>

Quando o cidadão trabalha e gasta o seu dinheiro com o turismo em seu próprio país (turismo interno ou doméstico), também é bom para a economia nacional, pois dessa forma o dinheiro está circulando.

Meu objetivo com esse entendimento teórico sobre o turismo, é percebermos os motivos que levaram a EMBRATUR a divulgar o Brasil no exterior, pois essa era uma de suas primeiras preocupações. Ou seja, a EMBRATUR montava escritórios de divulgação do Brasil no exterior, com o propósito de “exportar” serviços, belezas naturais, carnaval, etc.

O turismólogo João dos Santos Filho<sup>33</sup> tem uma visão diferente dos motivos da criação da EMBRATUR. De acordo com Santos Filho (2005), a EMBRATUR foi criada com o propósito de melhorar a imagem do Brasil no exterior, considerando que o país passava por uma cruel ditadura. Santos Filho (2005) afirma que o turismo no Brasil foi incentivado como ideologia política; ou seja, fazer com que os estrangeiros vissem o Brasil como um país muito bom, democrático e pró-americano e assim não se envolvessem e fossem contra a política da ditadura.

Ainda sob a ótica de Santos Filho (2005b), no período de ditadura, havia diversos trabalhos realizados pelos exilados, bem como por entidades democráticas estrangeiras, como ONG's e movimentos religiosos, além de denúncias por diversos meios de comunicação, como debates em rádio e televisão, jornais alternativos, reportagens ilustradas com fotos sobre as torturas, o que provocou grande repercussão no Brasil e no exterior, fazendo com que o governo militar fosse considerado um governo de tortura e que violava os direitos humanos. Preocupado, o governo começa a pensar numa forma de melhorar a imagem do Brasil no exterior e para isso cria a EMBRATUR, que divulgava lá fora um Brasil de belas praias, mulheres sensuais, sol o ano inteiro, um povo com a alegria vista nos carnavais, campeão de futebol, etc...

Minini (2004) também entende que a EMBRATUR servia para melhorar a imagem do Brasil no exterior:

A fortíssima imagem no exterior de que o Brasil é uma grande festa não é obra do acaso. Em 1966, quando foi fundado o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), houve muito incentivo a campanhas publicitárias que mostravam sempre as belas praias do Rio de Janeiro e a nudez das mulheres no carnaval. Era a época da Ditadura Militar e o objetivo das

---

<sup>33</sup> João dos Santos Filho é bacharel em Turismo pelo Centro Universitário Ibero-Americano (UNIBERO) e Bacharel em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). Mestre em Educação: História e Filosofia da educação pela PUC/SP. É professor concursado pela Universidade Estadual de Maringá, no Paraná e professor da Faculdade Maringá.

campanhas era vender uma falsa idéia de liberalismo e democracia, em oposição às denúncias do povo ao governo ditador. Porém, essa idéia prevalece até hoje.

Existem autores que discordam. Em entrevista com José Ruy Veloso Campos<sup>34</sup>, se referindo a idéia da EMBRATUR ser fruto de uma ideologia política dos militares, ele opina:

[...] sobre a oportunidade de a Embratur divulgar a imagem de um Brasil feliz é uma bazofia. Fazemos a leitura que queremos de qualquer ação em qualquer governo. Ela até pode fazer sentido, na perspectiva da oportunidade, mas não foi a razão primeira da criação da empresa pública voltada para o turismo. Era o tempo de uma tecnocracia desenvolvimentista e o turismo era uma opção óbvia para o desenvolvimento. Nessa perspectiva, posso comparar aquele tempo ao de hoje: o governo faz coisas ruins, rouba, mata os pp companheiros, desvia dinheiro público, distribui 75 mil cargos, atenta contra a imprensa e as liberdades e é reeleito. O povo quer mesmo é aquilo que mexe com o seu bolso. Nos tempos da ditadura era assim. Não havia liberdade de manifestação de pensamento, mas a economia crescia, havia empregos e o povo "tava sastifeitcho". A imagem lá fora não era das melhores, mas quem ligava? Só os franceses. Enfim, não concordo que a finalidade precípua da Embratur tenha sido para melhorar a imagem. Se aconteceu, foi consequência.

Exposto os pensamentos de Santos Filho, Minini e de Veloso Campos, o que interessa no momento, é que, de forma ideológica ou não, a EMBRATUR foi criada e contribuiu para a fomentar o turismo no Brasil.

Em 1971, de acordo com Trigo (2000), a EMBRATUR começa a estimular a iniciativa privada para investir no setor hoteleiro, inclusive permitindo o re-investimento do imposto de renda na hotelaria, o que proporcionou grandes investimentos na infra-estrutura turística nacional. Em 1974, o Decreto-Lei nº 1.376 dispôs sobre a criação de Fundos de Investimentos Regionais e Setoriais, o Fiset e o Fundo Geral do Turismo, o FUNGENTUR. Em consequência dessas ações, a partir de 1970 muitos hotéis e empreendimentos do ramo foram construídos, bem como infra-estruturas básicas: estradas, saneamento, meios de transporte. Contudo, sem a formação de mão-de-obra especializada, não seria possível que esses hotéis operassem com bons serviços e qualidade para sobreviver como empresas lucrativas.

Ao analisarmos a entrada de visitantes no Brasil na década de 70, percebemos que houve um incremento, que demonstra a necessidade de melhor profissionalização dos equipamentos turísticos e da mão-de-obra.

---

<sup>34</sup> Campos foi presidente da Associação Brasileira de Dirigentes de Escolas de Turismo e Hotelaria, além de ser professor e autor de diversos livros de Turismo e Hotelaria. Entrevista realizada dia 07/11/2006.

<b>ANO</b>	<b>Nº DE VISITANTES</b>
1970	249.900
1971	287.926
1972	342.961
1973	399.127
1974	480.267
1975	517.967
1976	555.967
1977	634.595
1978	784.316
1979	1.081.799
1980	1.625.422

Fonte: COINF/ DPF, EMBRATUR e FADE

Porém, esse crescimento do turismo não foi só no Brasil, era uma tendência internacional, pois após a II Grande Guerra, o mundo utiliza a tecnologia desenvolvida na guerra para ampliar o Turismo. Segundo Campos (2005):

[...] o avião comercial e as viagens marítimas conseguiram ganhos surpreendentes, e também as telecomunicações, o desenvolvimento das turbinas a jato e outras tecnologias fizeram com que o Turismo crescesse após a guerra. Mas foi com a instituição das férias pagas, da elevação do nível de renda e do direito ao lazer, que as pessoas conseguiram ter o "tempo livre", isto é, o Turismo passou a ser o objeto de consumo mais desejado do ser humano.

Se analisarmos a tabela abaixo, veremos que a partir da década de 60 o fluxo de turistas no mundo teve grande aumento:

<b>ANO</b>	<b>CHEGADAS (mil) *</b>	<b>VARIAÇÃO (%)</b>	<b>RECEITA (milhões US\$)</b>	<b>VARIAÇÃO (%)</b>
1950	25.282	----	2.100	----
1960	69.320	174,09	6.867	227,00
1961	75.323	8,66	7.284	6,07
1962	81.381	8,04	8.029	10,23
1963	90.071	10,68	8.887	10,69
1964	104.601	16,13	10.073	13,35
1965	112.863	7,90	11.604	15,20
1966	119.980	6,31	13.340	14,96

1967	129.782	8,17	14.458	8,38
1968	131.201	1,09	14.990	3,68
1969	143.511	9,38	16.800	12,07
1970	165.787	15,52	17.900	6,55
1971	178.853	7,88	20.850	16,48
1972	189.129	5,75	24.621	18,09
1973	198.906	5,17	31.054	26,13
1974	205.667	3,40	33.822	8,91
1975	222.290	8,08	40.702	20,34
1976	228.873	2,96	44.436	9,17
1977	249.264	8,91	55.637	25,21
1978	267.076	7,15	58.845	26,37
1979	283.089	6,00	83.340	2,04

\* excluídos visitantes de um dia.

Fonte: Organização Mundial do Turismo

Na década de 60, países como Espanha, Indonésia, entre outros, investem em turismo, e o movimento de pessoas aumenta em todo o mundo, e não só no Brasil.

Mário Beni, quando projetava o curso de turismo na ECA/USP, já dizia, que só gozariam dos benefícios econômicos do turismo os países que tivessem profissionais especializados.

Na década de 60, com o grande crescimento da atividade do turismo no mundo, e conseqüentemente no Brasil, especialmente da rede hoteleira e outros serviços turísticos, fez-se necessário a criação de um curso para se obter mão-de-obra especializada, inclusive com formação superior para fomentar o turismo no Brasil, o que incentivou a criação da faculdade de Turismo.

Além dos cursos superiores, cursos de formação técnica, também se desenvolveram no mesmo período, como o SENAC São Paulo, que em 1979, recebeu o Grande Hotel São Pedro do governo do estado, e o transformou em Hotel-Escola, tendo início no Brasil a primeira formação profissional sistemática de garçons, cozinheiros, *maîtres*, recepcionistas e camareiras.

Percebe-se que no final da década de 60 e início da década 70 o turismo é visto como a solução para “todos” os problemas econômicos do Brasil. Havia um incentivo por parte do governo para o investimento no turismo, como se comprova com a autorização da criação do curso de turismo pelo Conselho Federal de Educação. Até mesmo na ECA/USP, o pedido para a criação do curso de Turismo partiu do Conselho Nacional do Comércio – Conselho de Turismo, ou seja, a universidade pública surgiu da necessidade de mão-de-obra qualificada.

A EMBRATUR promoveu o turismo no Brasil, logo, contribuiu para o surgimento do curso de turismo!

### **3.2. O lazer e o ócio no tempo livre**

Muitos confundem ócio com ociosidade. Ociosidade é não fazer nada o tempo todo. Podemos dizer que uma pessoa está ociosa, ou melhor, na ociosidade, quando simplesmente não trabalha, não estuda, enfim, não tem nenhum compromisso, e isso por vontade própria.

O ócio é o tempo livre que o trabalhador tem após sua jornada de trabalho; é o momento em que ele pode repor suas energias, tanto físicas, quanto mentais. É importante que se tenha o momento de tempo livre para desenvolver a criatividade.

De forma bem simples, visando facilitar a discussão, considerarei simplesmente como lazer o entendimento de ócio, recreação e tempo livre.

Lazer, na visão de Dumazedier (1976:34) é:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Segundo Falcão (2001):

A importância de alternar trabalho e descanso é consenso desde a Grécia Antiga. Platão chamava os dias livres de ‘pausas para a respiração’, e Aristóteles defendia a necessidade do lazer, que classificava como momentos de “liberdade para não fazer nada”.

Para Marcellino (2000):

O lazer é um campo de atividade em estreita relação com as demais áreas de atuação do homem. Na consideração das suas relações com a ação humana em seus diferentes campos, não podemos deixar de considerar as insatisfações, as pressões ou os processos de alienação que ocorrem em quaisquer dessas áreas. Dessa forma, a um trabalho empobrecedor está ligado um lazer também empobrecedor e vice-versa. O “sentido” da vida não pode ser buscado, como muitas vezes somos levados a crer, apenas num fim de semana, ou numa viagem, embora essas ocasiões possam ser

consideradas como possibilidade de felicidade e formas de resistência para o dia-a-dia.

Ao alongar-me nessas citações, quis, acima de tudo, ressaltar a importância no lazer e as diferentes maneiras de aborda-lo. Adiante, passaremos a analisar a importância que foi dada ao lazer nas décadas antecedentes a implantação do curso superior de Turismo no Brasil.

De acordo com Marcellino (2000):

A partir dos anos 50 o lazer passa a ser objeto de estudo sistemático nas modernas sociedades urbano-industriais, quer capitalistas, quer socialistas. Entre vários trabalhos publicados, destacaram-se pela sua repercussão os de David RIESMAN (*A Multidão Solitária*), FRIEDMANN (*O Trabalho em Migalhas*), e MILLS (*A Nova Classe Média-White Collar*). Mais recentemente, com ênfase nas três últimas décadas, alguns autores vêm se dedicando, quase que exclusivamente, ao assunto, estudado de uma perspectiva geral. Entre eles destacam-se PARKER, KAPLAN, GRAZZIA, FOURASTIÉ, e o sociólogo francês Joffre DUMAZEDIER, este último de grande influência sobre pesquisas e trabalhos realizados no Brasil, com várias obras traduzidas, entre as quais: *Lazer e Cultura Popular* e *Valores e Conteúdos Culturais do Lazer*.

No Brasil o estudo mais aprofundado do lazer é bastante recente, se comparado aos países da Europa. *Lazer Operário, Um Estudo de Organização Social das Cidades*, escrito por José Acácio Ferreira, em 1959 é considerado o primeiro livro brasileiro a tratar, de forma mais específica, a problemática do lazer (MARCELLINO 2000).

Com o processo de urbanização, esse assunto passa a ter destaque no final da década de 60, livros clássicos sobre esse tema passam a ser traduzidos para o português e antropólogos e sociólogos como Darcy Ribeiro, Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freire ressaltam a cultura popular, o lazer popular e o folclore.

Em outubro de 1969 acontece em São Paulo o primeiro grande encontro para o estudo do lazer.

Em 1973, era lançado no Brasil o primeiro livro do sociólogo francês Joffre Dumazedier, *Vers Une Civilization Du Loisir?*, que recebeu o título em português de "Lazer e Cultura Popular". Trata-se da primeira obra sociológica que abordou o fenômeno do lazer no seu conjunto, resultado de estudos publicados em revistas francesas e de vários países, no período de 1955 a 1959. Sabe-se que a referida obra teve ampla divulgação no Brasil, sendo referência obrigatória na formulação de políticas públicas em esporte e lazer na década de 70.

O período final da década de 1960 e o começo da década de 1970 ficaram marcados pelo aumento significativo do número de pesquisas, debates e análises dos usos do tempo livre, e o aparecimento de novos programas de lazer, e também da criação de setores institucionais dedicados ao tratamento particular dessas questões, bem como se desenvolveu uma preocupação com lazer do trabalhador. O próprio SESC – que foi criado em 1946, para assistir o comerciário e sua família de diversas maneiras – a partir de 1969, coloca o lazer como prioridade de sua atuação (SANT`ANNA, 1994).

Ainda citando Sant`Anna (1994):

O tempo livre é tomado como objeto de estudos e intervenções institucionais diferentes. Ele se transforma numa problemática social e institucional que pede o domínio de regras e de análises extrínsecas à gratuidade das brincadeiras e do lúdico. Ele se transforma no lugar onde pode nascer tanto o erro, a irregularidade, como o bem, a salvação social e individual.

Em vista do acima exposto, entende-se que o período foi marcado por grande abertura para os estudos do lazer, porém, considerando-o como uma forma de controle, ou seja, ditar aos trabalhadores como se portar fora do horário de trabalho.

O governo federal, através do Decreto-Lei 67.227 passa a incentivar o lazer para os trabalhadores e concede empréstimos financeiros aos sindicatos para que eles invistam em colônias de férias, campos de esportes, atividades esportivas, culturais e educativas. As prefeituras também investem em parques e espaços para práticas esportivas.

De acordo com Sant`Anna (1994), entende-se que o governo concedia empréstimos para os sindicatos investirem em lazer, como uma forma de atrelá-los ao seu comando e diminuir os conflitos entre eles. Por outro lado, os sindicatos aceitavam sua ajuda para através do lazer, aumentar o número de associados e assim serem mais fortes e ter mais poder para lutar pelos direitos dos trabalhadores.

Independente do motivo, o governo incentivava os sindicatos a investirem no lazer dos trabalhadores, como consta no Decreto-Lei 6.386 de 1976, onde o governo altera a forma de administração das entradas financeiras dos sócios, obrigando aos sindicatos que invistam parte das entradas na criação de bibliotecas, colônias de férias, etc.

Porém é justamente nesse período, onde há um grande incentivo para o lazer e como melhor se aproveitar o tempo livre, que os trabalhadores - devido ao arrocho salarial vivido na época, conhecida como “Milagre Econômico” - são obrigados a trabalhar em jornadas

dobradas de trabalho para compensar os baixos salários, não lhes sobrando tempo nem para o lazer, e nem para família.

Essa contradição se explica quando entendemos que o trabalho vai determinar a necessidade do não trabalho, ou seja, “o mundo do trabalho acelera o processo de sua própria negação, onde seu tempo começa a sofrer pressão para que as horas destinadas a ele comecem a ser diminuídas”. (SANTOS FILHO, 2005c).

Os profissionais formados pelos cursos superiores de turismo também são responsáveis por pesquisar e estudar o lazer, bem como trabalhar e desenvolver os equipamentos de lazer. Usei a palavra ‘também’, uma vez que outros profissionais, como os formados em Educação Física, Terapia Ocupacional, entre outros também estudam o lazer. Alguns autores entendem que o lazer, o tempo livre, e o ócio, deveriam ser estudados pelos pesquisadores do campo de Educação Física ou mesmo Administração, mas, de acordo com Santos Filho (2003):

[...] para estudarmos o tempo livre, ócio, lazer e turismo, começamos como Karl Marx que por meio de duas de suas obras "Das Grundrisse e do O Capital" discutem o tempo de trabalho. Paul Lafargue em seu livro de 1880 "O direito à preguiça" que traça um panorama universal da exploração do sistema capitalista sobre a humanidade, destacando o direito ao ócio dessas classes. Joffre Dumazedier com seus estudos pioneiros de tonalidade marxista, discutindo o fenômeno do Lazer como atividade extremamente educacional junto à população trabalhadora. Domenico Demasi sociólogo de formação weberiana, consegue mostrar a necessidade do governo em financiar a empresa privada para que o trabalhador usufrua do lazer. O Estado como mediador e agente financeiro para que o trabalhador usufrua o lazer e turismo. Todos foram ou filósofos, médicos, sociólogos que sinalizaram as raízes históricas do turismo e seus componentes, portanto a contribuição que está dada aparece no campo da epistemologia da ciência e não no campo exclusivo das ciências da Educação Física ou da ciência da Administração.

Foi nesse momento de incentivo ao lazer que surgem as primeiras faculdades de turismo do Brasil, o que endossa minha tese de que essas foram criadas para formar mão-de-obra qualificada para a demanda de lazer que crescia e ainda cresce no Brasil e no mundo. Vale lembrar que o turismo é um conteúdo ou interesse do lazer, ou seja, o turismo é uma forma de lazer.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desejo com esse trabalho contribuir para a discussão em torno das condicionantes sociais que levaram a implantação do Turismo como um curso superior.

No final da década de 60, como já vimos, houve um aumento significativo das viagens por todo o mundo, em consequência de vários fatores como a melhora da tecnologia dos transportes, facilitando a locomoção por terra, água e ar, diminuindo o tempo de viagem e aumentando a segurança e também é nessa ocasião que o lazer e o ócio passam a ser encarados como algo bom e necessário, e viajar torna-se uma excelente maneira para se ter períodos de lazer. Nessa época, o Brasil vivia momentos de crises e mudanças, e o governo percebe que investir em turismo poderia ser algo muito rentável, pois além do retorno financeiro, poderia melhorar a imagem do país no exterior, divulgando lá fora o nosso carnaval, mulheres bonitas, praias, sol e etc, passando a idéia de um país alegre e sempre em festa, e não um país em crises, arrochos salariais e repressões. Dessa forma começa a se introduzir no país políticas que visavam o aumento da infra-estrutura turística, inclusive permitindo a entrada no país de grandes investimentos internacionais na hotelaria. Cria-se a EMBRATUR, que reestrutura o turismo nacional e cria leis de investimentos e canais de divulgação do país no exterior. Percebe-se que nesse momento, não há uma preocupação com o brasileiro conhecer o seu país, há uma preocupação apenas em receber os turistas estrangeiros.

Com toda essa preocupação com o turismo que começa a haver no país, vem a necessidade de capacitar profissionais para receber bem esses turistas, e surgem dessa forma escolas profissionalizantes de hotelaria<sup>35</sup>. Porém, há a necessidade de profissionais para pensar e planejar o turismo no Brasil, surgindo assim a necessidade de mão-de-obra de nível superior, ou seja, Planejadores de Turismo, como eram chamados os bacharéis em Turismo no início ou Turismólogos, como são atualmente chamados.

Nessa visão, entende-se que o curso de Turismo em nível superior surgiu de uma oportunidade do mercado, da mesma forma que outros cursos como Moda, Comunicação Visual, Processamento de Dados, Ciência da Computação, Engenharia Mecatrônica, entre outros, surgem em consequência da necessidade que o momento exigia. O momento vivido dita a necessidade de profissionais, da mesma forma que com a industrialização mais pessoas

---

<sup>35</sup> Quando cito a hotelaria, me refiro aos meios de hospedagens em geral e também aos estabelecimentos de alimentos e bebidas.

vão para a cidade, e com essa urbanização há um aumento de lixo, e conseqüentemente um aumento de doenças, havendo a necessidade de se formar mais médicos, mais enfermeiros, mais pesquisas para curar as doenças, mais farmacêuticos, mais engenheiros para construção de hospitais e rede de esgoto, e assim sucessivamente. Ou seja, a criação do curso de Turismo surgiu de um momento que necessitava de profissionais nessa área.

Percebe-se que os três fatores, identificados por mim ao longo do trabalho, que incentivaram a criação do curso de turismo no Brasil – ou seja, a necessidade de mão-de-obra qualificada, a valorização do lazer, bem como a abertura dada pelo governo para a criação de novas instituições de ensino particulares – estão integrados entre si, de forma que foi necessário todos eles, acrescido do momento histórico que vivíamos, para que houvesse necessidade, demanda e aceitação do curso de Turismo. Dessa forma percebo que o curso de Turismo, ao contrário do que muitos autores dizem, foi criado ao seu tempo, e não estava atrasado. Foi criado no momento que foi necessário a sua criação.

Porém, nem sempre tudo acontece de forma tão inocente, ou seja, além de todas essas condicionantes que já vimos, existia também todo um interesse por trás da criação do curso de Turismo. A implantação do curso de Turismo está inserida num jogo de forças. De um lado o Estado – a EMBRATUR, através de leis, que induz a força de mercado e a iniciativa privada, que vê no turismo grandes oportunidades de sucesso financeiro. Entendo que as necessidades da implantação do curso, na verdade foram criadas, as oportunidades foram construídas, houve intenção. Essa “institucionalização simultânea”, ou seja, esse conjunto de forças sociais, não existiu apenas no estado de São Paulo, mas sim se espalha por todo o país, o que mostra que havia todo um jogo de interesse.

O próprio movimento de lazer que começou a existir na década de 60, no Brasil, com a criação de praças de lazer, colônia de férias, áreas de lazer dentro das fábricas, tudo isso, nem sempre apontam na direção de conquistas de melhores condições sociais, mas sim são armas ideológicas e de manipulação para que as pessoas continuem alienadas e impotentes diante da necessidade de verdadeiras transformações na sociedade. Esse “movimento em prol do lazer do trabalhador”, que tomou força na década de 60, pode ser entendido como uma forma de fiscalizar o trabalhador e controlá-lo também fora do seu horário de trabalho, para que eles, que sempre foram entendidos pela elite como arruaceiros por natureza, se mantivessem longe de bebidas e confusões, e dessa forma produziriam mais na fábrica e trariam menos problemas para a sociedade.

O Conselho Federal de Educação, através de uma atitude favorável por parte da política educacional, preocupada em resolver a questão dos “excedentes”, enquanto tendência,

contribuiu grandemente para o surgimento do curso. Naquele momento, o Brasil sofria fortes interferências dos Estados Unidos na educação. Era o professor Acton, da Universidade de Houston, que informava, ao governo brasileiro, o que era bom ou mau para o Brasil, em matéria de educação superior.

Em vista do exposto, entendo que o Turismo precisou sim, para ser criado e se estabelecer como um curso universitário, de todas as condicionantes por mim analisadas, porém, essas condicionantes sociais, essas “necessidades” do mercado, não aconteceram ao acaso, são atitudes planejadas, pensadas, seja pelo governo – com intuito de melhorar sua imagem no exterior e ainda aumentar a entrada de dinheiro no país – ou pela iniciativa privada – que visavam o lucro.

O curso de Turismo criado permitiu uma maior profissionalização do turismo no Brasil, e também foi o início do estudo epistemológico do turismo, permitindo enxergarmos o turismo como ciência, e nos anos que se sucederam, permitiu um aprofundamento maior, criando inclusive programas de pós-graduação *stricto sensu* no país, sendo que hoje, graças à contribuição dos primeiros pesquisadores do turismo, o Brasil conseguiu desenvolver-se como um dos maiores produtores de literatura científica sobre o turismo da América Latina. As pessoas que ainda vêem o turismo com menosprezo são pessoas que não tem conhecimento do que é o curso e da importância do mesmo para a sociedade, bem como do seu valor acadêmico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes Primárias

*AUTORIZAÇÃO está confirmada. Folha de São Paulo, São Paulo, 10 de outubro de 1976.*

DECRETO-LEI nº 62.024/67, de 29 de dezembro de 1967 - Institui Comissão Especial para propor medidas relacionadas com os problemas estudantis.

DECRETO-LEI nº 5.540/68, de 28 de novembro de 1968 – Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

DECRETO-LEI nº 62.937/68, Grupo de Trabalho para promover a Reforma Universitária.

EMBRATUR, **Anuário Estatístico EMBRATUR**. Brasília, v. 26, 1999.

LEI nº 4.024/61, de 20 de dezembro de 1961 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

PROCESSO nº 4/72, de 03 de janeiro de 1972 – Implantação do Curso Superior de Turismo na ECA/USP.

ESCOLA de turismo é uma nova opção . **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 de fevereiro de 1971.

FACULDADE de Turismo do Morumbi diploma este ano a primeira turma, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 de abril 1974.

FACULDADE de Turismo, um novo curso a Cr\$ 2.300,00. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 de janeiro de 1971.

MINISTÉRIO da Educação e Cultura – Conselho Federal de Educação. **Documenta**. Brasília. n. 134, Janeiro de 1972.

\_\_\_\_\_. **Documenta**. Brasília. n. 135, Fevereiro de 1972.

\_\_\_\_\_. **Documenta**. Brasília. n. 139, Junho de 1972.

\_\_\_\_\_. **Documenta**. Brasília. n. 141, Agosto de 1972.

\_\_\_\_\_. **Documenta**. Brasília. n. 161, Abril de 1974.

\_\_\_\_\_. **Documenta**. Brasília. n. 249, Agosto de 1981.

NOSSO turismo já está em nível universitário. **Folha de São Paulo**, 18 de fevereiro de 1972.

PRIMEIRO exame de Turismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 de março de 1971.

RELATÓRIO Geral do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária, **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** – Rio de Janeiro, v.50, n.111 – jul/set 1969, pág. 119 – 175.

SP já tem curso superior de Turismo, **Folha da Tarde**, São Paulo, 20 de janeiro de 1971.

TRIGUEIRO, Dumerval. **O problema dos excedentes e a Reforma Universitária**, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* n. 107, 1967

## Fontes Secundárias

ADORNO, Sérgio Abreu. **Os Aprendizes do Poder**. O bacharelismo liberal na política brasileira, [s.l.], Paz e Terra, [19--]

ALBERTI, Verena; HEYMANN, Luciana. **Introdução**. IN: *Trajetórias da Universidade privada no Brasil*: depoimentos ao CPDOC-FGV / Organizadoras: Luciana Heymann & Verena Alberti. Brasília, DF.: CAPES; Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas/ CPDOC, 2002. v. 1. p.7-31.

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**. Parte terceira da 5ª edição da obra “A cultura brasileira”. São Paulo/Brasília: Melhoramentos/INL, 1976.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. O Lazer no Brasil: do Nacional-desenvolvimentismo À Globalização. **Conexões**, v. 3, n. 1, p36-57, 2005.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. **Análise da influência do turismo frente ao lazer**. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd101/turismo.htm>. Acesso em: 17 de dezembro de 2006.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação**. São Paulo : Moderna, 1989.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis . **Controle na qualidade do ensino superior de turismo**. *Turismólogo in Focco* – Belo Horizonte, Set./Out. 2002, v. 1, n. 3 – p.22-4

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria** : reflexões e cadastros das instituições educacionais no Brasil. São Paulo : Aleph, 2002.

BACHAREL em turismo vai ter sua profissão regulamentada. **Folha da Tarde**, São Paulo, 23 de julho de 1982.

BARRETO, Margarita; TAMANINI, Elisabete; PEIXER DA SILVA, Maria Ivonete. **Discutindo o ensino universitário de turismo**. Campinas : Papyrus, 2004

BARRETO, Margarida; TOMIO, Dílson; SGROTT, Saul A. PIMENTA, José Narciso. **A flexibilização e especialização dos cursos universitários de turismo: Prioridade Educativa e Social**. *Revista de Divulgação Cultural : FURB*, Mai./Ago. 2002, v. 24, n. 77, p. 8 – 15

BENCHIMOL, Jaime L.. **Manguinhos do sonho a vida**. A ciência na belle époque. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, 1990.

BRAGA, Hilda Maria Cordeiro Barroso. **Universidade brasileira: trajetória em busca de um projeto**. São Paulo, 1996. (Dissertação (mestrado) - Fundação Getulio Vargas, 1996).

BURATTO, Marlene. **Centro de excelência em estudos turísticos: tramas da história da criação do centro de educação superior II**. Dissertação. UNIVALI. Balneário Camboriú. 2000.

CALDERON, Adolfo Ignacio. **Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão**. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 14, n. 1, 2000.

CAMPOS, Angelo Mariano Nunes. O turismo e a educação frente às novas tecnologias. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 4, 2005

CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. São Paulo: FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos. Companhia Editora Nacional, 1978.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil: A história que não se conta**. – 10 ed. – Campinas : Papyrus, 2004.

CATUREGLI, Maria Genny. **O ensino de turismo e os agentes de viagens: as realidades de Madrid, Roma e São Paulo**. (Dissertação de mestrado) São Paulo : ECA/USP, 1990.

CELESTE FILHO, Macioniro. **A institucionalização do turismo como curso universitário** (décadas de 1960 e 1970). São Paulo, 2002. (Dissertação de mestrado) – PUC/SP, 2002).

COORDENAÇÃO da área de Turismo. **Subsídios à formulação da Política Nacional de Turismo**. Carta de Turismo Anhembi Morumbi. São Paulo, Anhembi Morumbi, [s/d]

CUNHA, Luís Antônio. **A universidade temporã: da Colônia à era Vargas**. [s.l.], Francisco Alves, [19--]

DUMAZEDIER, Jofre. **Lazer e Cultura Popular**, São Paulo, Perspectiva, 1976.

EMBRATUR: Disponível em:  
<http://www.embratur.gov.br/br/conteudo/resultadoBusca.asp?id=353&grupo=2> . Acesso em 03 de maio de 2005

FALCÃO, Daniela. *A tirania do lazer no fim-de-semana*. **Folha de São Paulo**, *Caderno Equilíbrio*, 01 de fevereiro de 2001, p. 11 – 13.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Estudantes em movimento e o problema universitário na década de 1960**. IN: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudio; GONDRA, José G. (Organizadores). **Educação no Brasil : História, cultura e política**. Bragança Paulista : EDUSF, 2003.

\_\_\_\_\_. **A universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977.  
102 p

FONSECA, Márcia Mascarenhas da. **Turismo e docência superior: Um problema recorrente** – Turismólogo in Focco, v. 4, n. 17, outubro de 2005.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **O ensino superior no Brasil.** A estrutura de poder na universidade em questão – 2.ed. – Petrópolis : Vozes, 1984.

MARCELLINO, Nelson de Carvalho. **Estudos do lazer:** uma introdução. – 2.ed. – Campinas : Autores Associados, 2000.

Márcio R. **O Ensino do Turismo e a Formação Profissional em Turismo.** *Revista Turismo* Junho de 2005. Disponível em:  
<http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/ensinoformacao.html> Acesso em 15 de dezembro de 2005. Acesso em: 27 de dezembro de 2006.

MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. "**Ensino Superior de Moda: condicionantes sociais de sua institucionalização acadêmica em São Paulo**" pp. 13-26 e "**Fórum de debates**" pp. 157-224 in WAJNMAN, Solange e ALMEIDA, Adilson José de (orgs.) *et alii. Moda, comunicação e cultura: um olhar acadêmico.* São Paulo: Arte e Ciência/Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Moda (NIDEM)/Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP), 2ª ed., 2005, 226p

MARTINS, Carlos Benedito; VELLOSO, Jacques. Balanço: **As universidades privadas no contexto do ensino superior brasileiro contemporâneo.** IN: Trajetórias da Universidade privada no Brasil: depoimentos ao CPDOC-FGV / Organizadoras: Luciana Heymann & Verena Alberti. Brasília,DF.: CAPES; Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas/ CPDOC, 2002. v. 2. p.797-827.

MARTINS, Carlos Benedito. **O novo ensino superior privado no Brasil (1964/1980)** IN.: MARTINS, Carlos Benedito (Org.). *Ensino Superior Brasileiro: transformações e perspectivas.* Editora Brasiliense : São Paulo, 1989

MASSETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário.** São Paulo: Summus, 2003.

MATIAS, Marlene. **Turismo: formação e profissionalização - 30 anos de história.** Barueri: Manole, 2002.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. **A universidade brasileira em questão: o debate sobre a Reforma Universitária no Brasil, nos anos 1950/ 1960.** IN: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudio; GONDRA, José G. (Organizadores). *Educação no Brasil : História, cultura e política.* Bragança Paulista : EDUSF, 2003.

MININI, Regina . **O gigante desconhecido**. No exterior, o Brasil se resume a carnaval, futebol e mulheres bonitas, 2004. Disponível em:  
[www.revistaparadoxo.com/materia.php?ido=1706](http://www.revistaparadoxo.com/materia.php?ido=1706) Acesso em 10 de janeiro de 2007.

MOESCH, Marutschka Martini. **Epistemologia social do Turismo**. Tese. ECA/USP. São Paulo. 2004.

NA USP, cada vaga é disputada por 36,3 candidatos – **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 de dezembro de 1987.

NASCIMENTO, René Corrêa do. **Visão estrutural da evolução dos cursos superiores de Turismo**: A realidade atual. Dissertação. ECA/USP. São Paulo. 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Compendio de Estadística del Turismo. Madrid, 1997

PILETTI, Nelson. **Historia do Brasil**: da pré-história do Brasil aos dias atuais. São Paulo: Ática, 1991-1993.

QUEM é o turismólogo? Disponível em:  
<http://www.faeff.edu.br/principal/destaques/destaque.asp?wcdnoticia=381> Acesso em 25 de outubro de 2006.

RAMA, Leslie M. J. S. **Legislação do ensino**: uma introdução ao seu estudo. São Paulo : EPU. 1987

RODRIGUES, Gabriel Mário. **Se não foi a primeira, não foi a segunda** : o desafio de implantar a Faculdade de Turismo do Morumbi no início dos anos 70. – São Paulo : Editora Anhembi Morumbi, 2005.

\_\_\_\_\_. **Universidade Anhembi Morumbi**. In: *Trajetórias da Universidade privada no Brasil*: depoimentos ao CPDOC-FGV / Organizadoras: Luciana Heymann & Verena Alberti. Brasília, DF.: CAPES; Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas/ CPDOC, 2002. v. 1. p.79-99.

ROSAS, Paulo. **Para compreender a educação superior brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo e pesquisa científica**: pensamento internacional X situação brasileira. Campinas: Papyrus, 1996-1999.

REJOWSKI, Mirian. **Ensino em Turismo no Brasil**: Reflexões sobre a realidade do ensino de graduação de 1970 a 2000. IN: BARRETO, Margarita e REJOWSKI, Mirian (Orgs). *Turismo: Interfaces, desafios e incertezas*. Caxias do Sul : EDUCS, 2001.

SÁ, Rosana Bignami Viana de. **Em busca de uma imagem**. O discurso a respeito do Brasil em reportagens de turismo da Itália. Dissertação. ECA/USP. São Paulo. 2001.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **O prazer justificado**: história e lazer : São Paulo, 1969/1979. São Paulo: Marco Zero, 1994.

SANTINI, Rita de Cássia Giraldi. **Dimensões do lazer e da recreação**. Questões espaciais, sociais e psicológicas. São Paulo : Angelotti, 1993.

SANTOS FILHO, João. **Ontologia do Turismo**: Estudo de suas causas primeiras. Caxias do Sul, RS : Educs, 2005.

\_\_\_\_\_. **O turismo brasileiro**: equívocos, retrocessos e perspectivas – o balanço que nunca foi feito. *Revista Espaço Acadêmico* – Nº 25, Ano 03, junho de 2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/025/25jsf.htm> Acesso em 15 de dezembro de 2005.

\_\_\_\_\_. **A Ciência do Turismo se produz no processo das contradições epistemológicas de seus saberes**, *Revista Espaço Acadêmico*. v. 4, n. 47, Abril de 2005b. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/047/47jsf.htm> Acessado dia 10/12/2005.

\_\_\_\_\_. **27 de Setembro Dia do Turismólogo: festejar ou organizar?** *Revista Turismo*. Outubro de 2003. Disponível em: <http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/diaturismologo.html> Acessado dia 15/02/2006

\_\_\_\_\_. **EMBRATUR da euforia ao esquecimento**: o retorno as suas raízes quando serviu a ditadura militar, maio de 2004. Disponível em: <http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/embratur.html> Acesso em 14 de dezembro de 2005.

\_\_\_\_\_. **Negação do Paraíso Celestial e a Luta pela Emancipação do Trabalho: A Busca do Reino da Liberdade** Ensaio Sociológico Sobre o Fenômeno do Lazer em “Karl Marx e Paul Lafargue”. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 45, fevereiro de 2005c.  
<http://www.espacoacademico.com.br/045/45jsf.htm> Acesso em 15 de dezembro de 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil** : o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. – 5. ed. rev. – Campinas, Autores Associados, 2002.

SCHWARTZMAN, Jacques e SALEME, Wagner “A controvérsia do ensino pago” IN.: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo/; 90: 62-71, agosto 1994 [c/bibl.] [Fundação Carlos Chagas]

SOLHA, Karina Toledo. **Órgãos públicos estaduais e o desenvolvimento do turismo no Brasil**. Tese. ECA/USP. São Paulo. 2004.

TEIXEIRA, Rivanda Meira; FLETCHER, John; WESTLAKE, John. **A educação superior em turismo: um estudo comparativo entre o Brasil e o Reino Unido**. *Turismo: visão e ação*, Abr/ Set 2001, v.4, n.8, p. 09 – 27

TRIGO, Luís Gonzaga Godoi. **Viagem na Memória**: guia histórico das viagens e do turismo no Brasil. São Paulo : Editora SENC São Paulo, 2000

\_\_\_\_\_. **Cronologia do Turismo no Brasil**. São Paulo. CTI/TERRA, 1991.

TOURING CLUB. Disponível em: <http://www.touring.com.br/historia.php> . Acesso em 10 de maio de 2006.

*Revista Isto é*. **O Filé do futuro**: Turismo e Artes Cênicas estão entre os cursos mais procurados, 11 de novembro de 1998. Disponível em:  
<http://www.terra.com.br/istoe/comport/151921.htm> . Acesso em: 02 de junho de 2006.

## **ANEXOS**